

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Exercício de 2013



Ministério Público do Estado do Piauí



*Relatório Anual de
Gestão Institucional*

Ministério Público do Estado do Piauí

Exercício de 2013

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Procuradoria-Geral de Justiça - *Zélia Saraiva Lima*

Assessoria de Planejamento e Gestão - *Flávia Gomes Cordeiro de Castro*

ORGANIZAÇÃO

Assessoria para Elaboração de Projetos - *Elaine Torres Castelo Branco Burity*

Assessoria para Gestão Estratégica - *José Rodrigues dos Santos Neto*

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Coordenadoria de Comunicação Social - *Shaianna da Costa Araújo*

Piauí. Ministério Público.

Relatório Anual de Atuação Administrativa - Exercício de 2013 / organização:

Assessoria de Planejamento e Gestão - APG. - Teresina:

Procuradoria-Geral de Justiça, 2014.

124 p.

1. Ministério Público - Piauí - Relatórios. 1. Título.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Álvaro Mendes, 2294, Centro, Teresina/PI CEP 64000 060

Telefone: (86) 3216 4550 / E-mail: pgj@mppi.mp.br

ZÉLIA SARAIVA LIMA
Procuradora-Geral de Justiça

LUÍS FRANCISCO RIBEIRO
Subprocurador-Geral de Justiça

ROSANGELA DE FÁTIMA LOUREIRO MENDES
Corregedora-Geral do Ministério Público

IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES
Ouvidora do Ministério Público

CLEANDRO ALVES DE MOURA
Chefe de Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

FLÁVIA GOMES CORDEIRO DE CASTRO
Assessora de Planejamento e e Gestão

SUMÁRIO

1. Conhecendo o Ministério Público do Piauí.....	11
2. Administração do Ministério Público.....	15
Procuradoria-Geral de Justiça.....	15
Subprocuradoria-Geral de Justiça.....	17
Colégio de Procuradores de Justiça.....	17
Conselho Superior.....	18
Assessoria Especial da PGJ.....	22
Assessoria de Planejamento e Gestão.....	23
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.....	29
3. Coordenadorias Técnicas.....	41
Coordenadoria de Apoio Administrativo.....	41
Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças.....	44
Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos.....	52
Coordenadoria de Recursos Humanos.....	60
Coordenadoria de Tecnologia da Informação.....	65
Coordenadoria de Licitações e Contratos.....	68
Coordenadoria de Comunicação Social.....	70
4. Atuação Finalística.....	73
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde.....	75
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais.....	78
Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público.....	80
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente.....	85
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude.....	88
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania.....	91
Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON).....	91
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso.....	94
Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar.....	98
5. Ouvidoria.....	105
6. Controladoria Interna.....	111



O Ministério Público do Estado do Piauí é uma instituição permanentemente comprometida com a busca por resultados efetivos, trabalhando para alcançá-los não só a partir da contínua modernização da sua gestão e aperfeiçoamento dos procedimentos internos, mas principalmente na proposição de medidas judiciais e extrajudiciais que visam transformar a realidade social. Assim, o dever constitucional de prestar contas à sociedade piauiense, materializado através da elaboração deste Relatório Anual de Atividades, há muito deixou de ser apenas uma obrigação e transformou-se em uma oportunidade ímpar para darmos transparência, com renovado orgulho, aos avanços que temos conquistado.

Internamente, nossa Instituição aposta na consolidação de uma cultura de gestão estratégica, com foco no estabelecimento de prioridades, estruturação de projetos, melhoria de processos e medição dos resultados alcançados. Temos avançado na medição de resultados, trabalhado cada vez mais com o uso de indicadores, não só para avaliarmos o nosso desempenho em âmbito administrativo e institucional, como também para orientar nossa atuação à medida que conhecemos melhor a realidade social.

Neste contexto de aproximação com a sociedade, desenvolvemos no segundo semestre de 2013, a “Caravana do Ministério Público”, importante projeto que envolveu nossa Instituição integralmente e no qual percorremos todo o Estado do Piauí. No período curto de dois meses, realizamos 13 (treze) encontros onde a população apresentou sugestões através da Ouvidoria Geral do Ministério Público. Ademais, nós apresentamos nossa Instituição à sociedade e capacitamos os conselhos sociais fortalecendo o controle do dinheiro público e a democracia participativa.

Um das matérias mais discutidas durante a “Caravana do Ministério Público” foi a Educação, questão com grande potencial para ser o fio do condutor da transformação social que desejamos para nosso Estado e para nosso País. Sobre o tema, o MPPI, além de já possuir uma promotoria especializada na área na Capital, ainda instalou um Centro de Apoio Operacional exclusivo sobre a matéria, desmembrando-a da Saúde, visando assim aprimorar nossa atuação na área.

Cabe sublinhar, ainda, que as grandes manifestações populares ocorridas em 2013 indicaram não apenas o amadurecimento da democracia brasileira, mas também deram uma demonstração que nossa Instituição está seguindo no rumo certo. A bandeira de derrubada da malfadada PEC 37 foi empunhada com energia nas passeatas, levando o Congresso Nacional a rejeitar a proposta que limitava os poderes de investigação do Ministério Público.

Não podemos deixar de destacar a nomeação de novos membros na carreira ministerial, assim como a de novos técnicos e analistas ministeriais, os quais ingressam em nossa Instituição para prestar relevante serviço ao nosso Estado, sobretudo na região sul, onde o Estado se faz mais ausente.

A constituição do Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho – SQVT demonstra a importância que damos à melhoria do bem-estar dos que fazem o MPPI, assim como denota uma preocupação com o ser humano, aquele que, de fato, executa as estratégias que traçamos visando alcançar nossas metas.

Ainda no mesmo sentido de preocupação com nosso quadro de pessoal e com a sua qualificação, instalamos o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, o CEAF, com a missão de fomentar o estudo, a troca de experiências e a qualificação de nosso corpo funcional.

Destacamos, ainda, a elaboração da proposta orçamentária do exercício financeiro de 2014, onde buscamos incrementar nossos repasses junto ao Estado do Piauí, tendo sido bastante exitosa e muito bem conduzida pela Assessoria de Planejamento e Gestão, também recém instalada em nossa Instituição.

Por fim, é indispensável render homenagem aos combatentes membros e servidores do Ministério Público, verdadeiros responsáveis pela profícua caminhada que temos trilhado. Trabalhar com pessoas tão capacitadas e comprometidas me dá a certeza que continuaremos alcançando novos e melhores resultados e, em última análise, seguiremos honrando a confiança que a sociedade piauiense tem em nossa instituição.

Zélia Saraiva Lima
Procuradora-Geral de Justiça



PROCURADURÍA GENERAL
DE JUSTITICA

1. CONHECENDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ

1.1. O que é o Ministério Público?

O Ministério Público é uma instituição autônoma, não pertencente aos Poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo, que age como o grande defensor dos direitos da sociedade brasileira, operando nas causas de interesse público, sempre prezando pela democracia e exercendo o controle de constitucionalidade da legislação. O MP possui ampla área de atuação na proteção dos direitos difusos e coletivos, à exemplo da proteção ao meio ambiente e ao patrimônio público. Também trabalha em prol dos direitos daqueles que não têm condições de autodefesa, como as crianças, os idosos e o adulto incapaz. Ademais, cabe ao Ministério Público, a função de zelar pelos direitos individuais indisponíveis, ou seja, os irrenunciáveis, como a vida e a liberdade.

MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, a fim de garantir a cidadania plena e o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser reconhecida como uma instituição autônoma, independente, ativa e eficaz, transformadora da realidade social do Estado do Piauí, acessível ao cidadão, promotora dos direitos fundamentais e dos interesses sociais para as presentes e futuras gerações.

VALORES

Honestidade: é a capacidade de agir conforme os valores institucionais e os preceitos legais, morais, justos e éticos.

Compromisso: é a disposição, a atitude e a responsabilidade para com a instituição e a sociedade.

Dedicação: é a junção de empenho, amor, devotamento e determinação.

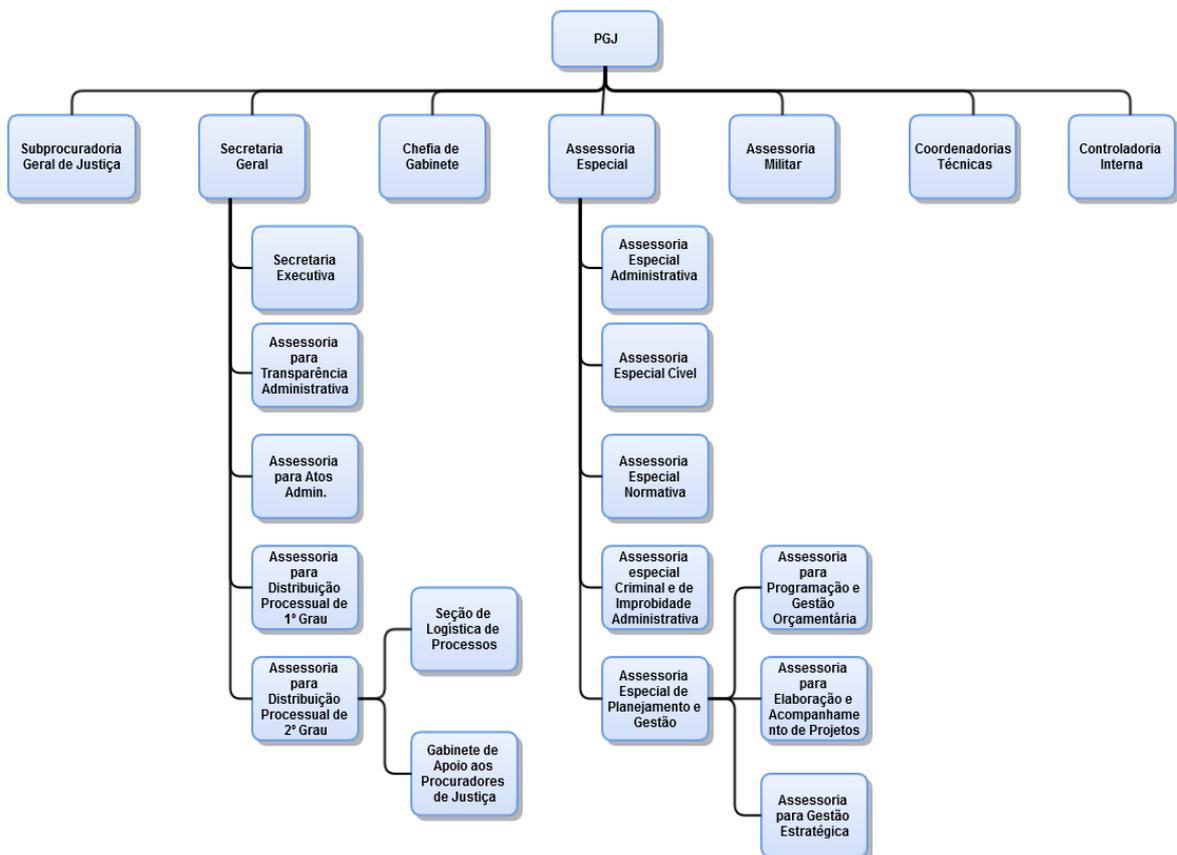
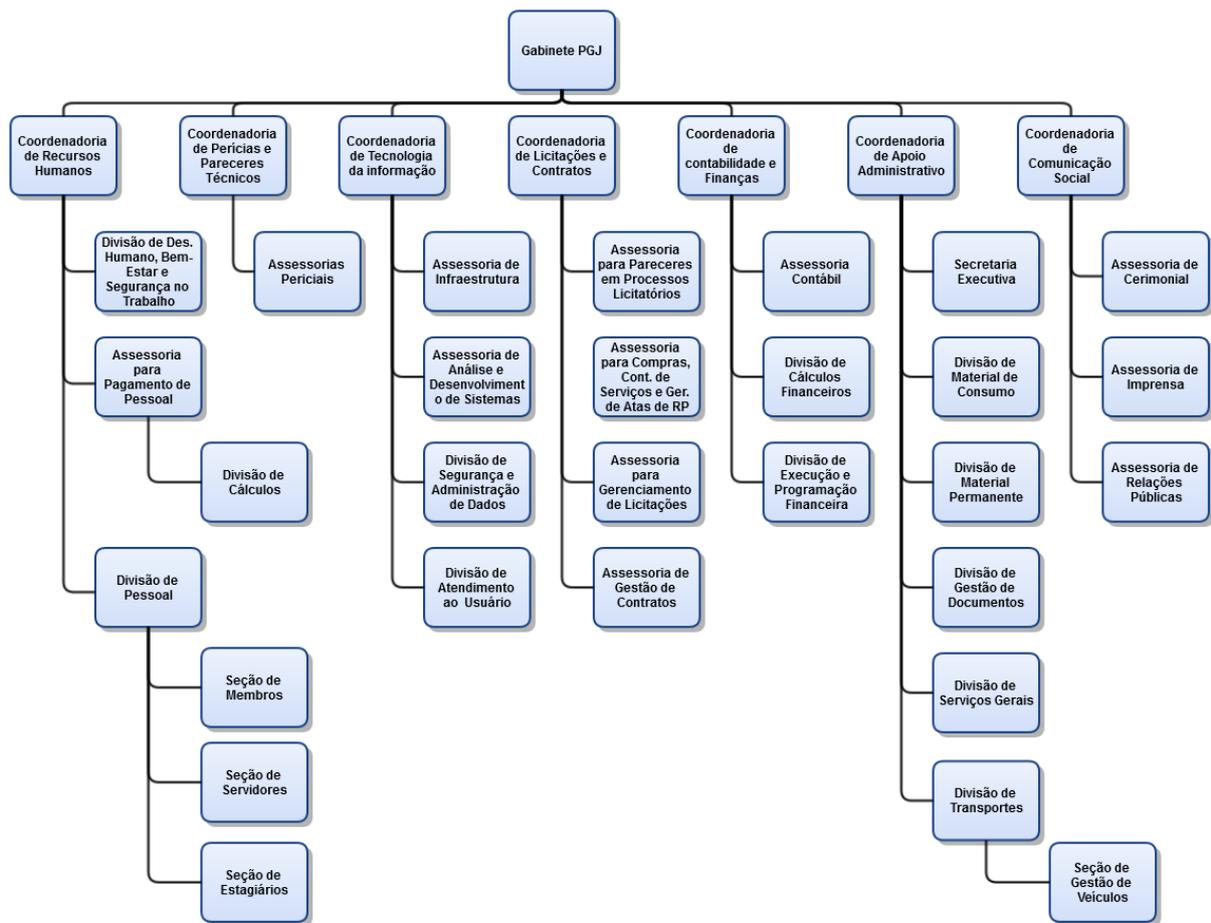
Coragem: é a capacidade de ser firme, perseverante e franco frente aos desafios e dificuldades.

Conhecimento: é o conjunto das experiências pessoais e institucionais acumuladas, constantemente aprimoradas e compartilhadas.

Unidade: é a coordenação, uniformização e harmonia das ações e dos integrantes com o fim de fortalecer a identidade una e indivisível do Ministério Público do Piauí.

Transparência: é a garantia da publicidade de todos os atos do Ministério Público do Piauí, excetuando-se os casos de sigilo previstos em lei.

1.2. Organização Administrativa do Ministério Público do Piauí



1.3. Quando acionar o Ministério Público?

O Ministério Público deve ser procurado pela sociedade quando esta tiver seus direitos violados ou ameaçados, como nas seguintes situações exemplificativas:

- Quando a assistência à saúde deixa de ser prestada regularmente pelo Poder Público;
- Quando o ensino público fundamental não for ofertado da forma devida;
- Quando houver qualquer dano ou séria ameaça de dano ao meio ambiente e ao patrimônio histórico;
- Quando se fizer necessário defender os direitos de idosos, deficientes físicos ou incapazes;
- Quando forem perceptíveis maus-tratos físicos ou morais a crianças e adolescentes;
- Quando evidências apontarem fraudes e irregularidades na Administração Pública;
- Quando leis e atos normativos municipais ou estaduais desrespeitam a Constituição da República Federativa do Brasil ou a Constituição do Estado;
- Quando houver indícios de fraude na arrecadação tributária, falsificação de produtos ou cobrança irregular de impostos e taxas;
- Quando ocorrer propaganda eleitoral irregular e demais situações ilegais nos períodos de eleição, etc.

1.4. Como acompanhar o trabalho do MP/PI?

Portal do Ministério Público do Piauí (www.mppi.mp.br)

É o canal de informação aberto à sociedade, onde o cidadão pode obter dados relevantes e acompanhar as notícias dos acontecimentos institucionais, como as campanhas e ações desenvolvidas por membros e servidores. O sítio do MPPI disponibiliza a lista de Atos Administrativos publicados, o espaço do Portal da Transparência, links de acessos à sítios de outros órgãos e demais serviços de utilidade pública.

Relatório Anual de Atuação Administrativa

Este documento, publicado anualmente pelo MP/PI, objetiva mostrar para a sociedade as principais ações e os resultados do trabalho desenvolvido pela Instituição no ano anterior.

Plano Geral de Atuação Finalística (PGA)

Publicação bianual, que informa as ações programadas e as metas previstas, pautado no Planejamento Estratégico do MPPI.



2. ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria - Geral de Justiça



Em 2013, o órgão máximo de direção do Ministério Público do Piauí, chefiado pela Procuradora-Geral de Justiça, Zélia Saraiva Lima, galgou largos passos no aprimoramento da gestão institucional. Norteada pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a Administração voltou-se para a importância de desenvolver o Planejamento Estratégico, desde à nova roupagem dada à elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício 2014, preocupação em desenvolver a Gestão de Pessoas, especialmente no tocante à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, até a execução de Projetos Institucionais, criação da Caravana do MP-PI, estreitamento de laços com o Conselho Nacional do Ministério Público e demais órgãos de relevante atuação social e buscou meios mais eficazes de aproximação da instituição com a sociedade. Ademais, em 2013 o MPPI nomeou mais Promotores de Justiça Substitutos para comporem o quadro de membros da casa, o que aumentou a atuação do órgão em todo o Estado.

O Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, para o exercício de suas funções específicas, possui uma Secretaria Geral, que em 2013 foi chefiada pela Promotora de Justiça Débora Maria Freitas

Said. Fazem parte da referida Secretaria a Assessoria para Atos Administrativos e a Assessoria para Transparência Administrativa. No que tange às atribuições pertinentes à Secretaria Geral, destacam-se, dentre outras as seguintes: elaboração dos atos administrativos ordinariamente expedidos pela Procuradora-Geral de Justiça, tais como atos, portarias, ofícios; envio de arquivos, bem como administração da publicação sequenciada dos atos administrativos de interesse do Ministério Público junto ao Diário da Justiça; elaboração e atualização no sítio desta instituição, mensalmente, dos quadros de antiguidade dos membros do Ministério Público, dos quadros “Comarca-Promotor” e dos quadros de antiguidade na função de Promotor de Justiça eleitoral; notificação, arquivamento e outras diligências nos processos administrativos que tramitam neste Ministério Público; prestação de informações a quem desejar saber acerca do exercício das funções ministeriais nas Promotorias de Justiça, mantendo frequente contato com magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado Piauí, com outros órgãos e demais cidadãos, buscando suprir a ausência de membro ministerial em caso de vacâncias, férias, licenças, impedimentos e etc; fornecimento, sempre que solicitado, de atos administrativos arquivados nesta Secretaria, desde que não possuam caráter sigiloso e o Portal da Transparência.

Espécie	Quantidade
Ofícios Expedidos do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça	1869
Ofícios Circulares do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça	27
Atos PGJ	115
Portarias PGJ	2281
Recomendações	01
Editais PGJ	20

Espécie	Quantidade
Ofícios Expedidos da Secretaria-Geral	86
Memorandos da Secretaria-Geral	79

Espécie	Quantidade
Portarias Eleitorais (PRE)	76

Para auxiliar o cumprimento de suas funções, a Procuradora-Geral de Justiça conta ainda com uma Chefia de Gabinete, comandada por um membro da instituição. Na gestão de 2013 tal cargo foi ocupado pelo promotor Eny Marcos Vieira Pontes. Dentre outras atividades relevantes, como o acompanhamento de reuniões, a Chefia de Gabinete expediu 45 ofícios e 231 memorandos ao longo do ano.

Subprocuradoria - Geral de Justiça



Em 2013, a Subprocuradoria-Geral de Justiça do MP-PI foi chefiada pelo Procurador de Justiça Luís Francisco Ribeiro, a quem coube, além de prestar auxílio às atividades do PGJ, o substituir em caso de faltas, impedimentos, licenças e férias. Ademais, tem a atribuição de acompanhar os procedimentos de interesse do Ministério Público do Estado do Piauí junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Colégio de Procuradores de Justiça



Colégio de Procuradores de Justiça durante a posse da Corregedora-Geral do Ministério Público, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes. Maio de 2013.

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público, presidido pela Procuradora-Geral de Justiça e composto por todos os Procuradores de Justiça membros do Ministério Público do Estado do Piauí. A sua importância se verifica na medida em que compete ao referido colegiado, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.12/93, atribuições relevantes para o aprimoramento da atuação do Ministério Público do Estado do Piauí.

Quanto às deliberações do Colégio de Procuradores, estas são tomadas por maioria simples de voto, presente mais da metade de seus integrantes, cabendo também ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade, exceto na hipótese de punição disciplinar, em que preponderará a solução mais favorável ao acusado. Em 2013 o Colégio de Procuradores de Justiça foi presidido pela Procuradora-Geral de Justiça, Exma. Dra. Zélia Saraiva Lima, e funcionou como secretária do colégio a Exma. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça.

Sessões e Resoluções aprovadas em 2013

	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Sessões Realizadas	Ordinárias	10
	Extraordinárias	5
Resoluções Aprovadas		7

Atuação do Colégio de Procuradores em 2013

	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Processos	Conhecidos	8
	Tramitando	2
Processo Administrativo Disciplinar (Recurso)		

Conselho Superior

Conforme o teor do Regimento Interno, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí é órgão da Administração Superior e de execução do Ministério Público. É responsável pela homologação de arquivamento de Processos Administrativos, concessão de licenças, julgamento de Processos Administrativos Disciplinares, Movimentação na Carreira Ministerial, entre outras deliberações. Rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, Atos regulamentares do Conselho Nacional do Ministério Público e normas específicas do seu Regimento Interno.

	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Sessões Realizadas		35
Resoluções Aprovadas		4
Recomendações		-
Editais		90



Conselho Superior do Ministério Público dá posse a Promotores de Justiça promovidos e removidos. Maio de 2013.

Atuação do Conselho Superior do Ministério Público em 2013

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Titularizações de Promotores(as) de Justiça Substitutos	0
Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Inicial	0
Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Intermediária	4
Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Final	11
Pedidos de Remoção para Entrância Inicial	2
Pedidos de Remoção para Entrância Intermediária	11
Pedidos de Remoção para Entrância Final	7
Pedidos de Permuta	1

Processos Distribuídos Por Conselheiro

Nome do Conselheiro	Nº de Processos Distribuídos	Nº de Processos Homologados*	Nº de Processos Convertidos em Diligência*	Nº de Processos de Movimentação na Carreira*	Outros Processos Julgados*
Rosângela de Fátima Loureiro Mendes	87	81	2	0	2
Hosaias Matos de Oliveira	90	67	11	7	5
Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando	82	63	6	10	4
Aristides Silva Pinheiro	82	69	0	11	5
Luís Francisco Ribeiro	84	76	1	7	7
Alípio de Santana Ribeiro (Suplente)	47	41	0	8	0
Fernando Melo Ferro Gomes	17	12	0	4	1
Teresinha de Jesus Moura Borges Campos**	10	14	3	0	0
TOTAL	499	423	23	47	24

* Inclui Processos distribuídos no final do ano de 2012 e julgados apenas em 2013.

** Relatou Processos distribuídos para a Conselheira Rosângela de Fátima Loureiro Mendes.

Discriminação dos Processos do Conselho Superior do Ministério Público

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Procedimento Administrativo Disciplinar (Julgamento)	5
Concessão de Licenças acima de 15 dias	7
Sindicâncias (Instauração)	1
Relatórios de Correição apreciados	47
Relatórios de Inspeção apreciados	16
Recolocação na Lista de Antiguidade	2
Residência Fora da Comarca	4
Moção	7
Voto de pesar	1
Relatórios de Esforço Concentrado apreciados	2

Assessoria Especial da PGJ

A Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça, prevista no art. 11, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 12/93, composta por Promotores de Justiça de entrância final e divididas da seguinte forma: Assessoria para Feitos de Natureza Cível e Residual, Assessoria para Feitos de Natureza Administrativa e Assessoria para Feitos de Natureza Criminal e de Improbidade Administrativa, responsável pela elaboração de manifestações em feitos de natureza Criminal e de Improbidade Administrativa, de atribuição originária exclusiva do Procurador-Geral de Justiça, referente a agentes detentores de foro por prerrogativa de função.

Assessoria Especial	Promotor de Justiça responsável
Feitos de Natureza Cível e Residual	Luiz Gonzaga Rebelo Filho
Feitos de Natureza Administrativa	Carmelina Maria Mendes de Moura
Feitos de Natureza Criminal e de Improbidade Administrativa	João Batista de Castro Filho
Assessoria Normativa (criada em 2014)	Régis de Moraes Marinho

Ainda no ano de 2013 foi publicado o Ato PGJ nº 437/2013, com intuito de dar maior celeridade e eficiência na prestação jurisdicional e administrativa de competência da Procuradora-Geral de Justiça foi criada a Secretaria da Assessoria Especial do Gabinete da PGJ, responsável pelo recebimento, registro, autuação, expedição, distribuição e movimentação dos feitos de competência do Procurador-Geral de Justiça, bem como efetuar notificações e intimações dos despachos, decisões e de atos de andamento de processo administrativo, peças de informação ou procedimentos de investigação, dentre outras funções.

Ofícios e memorandos expedidos	
Ofícios expedidos	742
Memorandos expedidos	92
Controle de Processos	
Administrativos	483
Cíveis (processos judiciais)	804
Criminais - controle a partir de 19/06/2013	170
Manifestações da Procuradora-Geral de Justiça	
* pareceres, despachos, decisões, proposituras de ações, denúncias, requisições de inquérito.	
Agosto	287
Setembro	268
Outubro	282
Novembro	252
Dezembro	329
TOTAL	1418

Assessoria de Planejamento e Gestão



A Assessoria de Planejamento e Gestão e a Assessoria Especial da PGJ foram decisivas para a conquista de um orçamento melhor para o Ministério Público, de modo que ele fosse revertido em melhorias para a sociedade. Na foto, a Promotora de Justiça Flávia Gomes Cordeiro de Castro, chefe da APG, apresenta a Proposta Orçamentária do MP ao presidente da Assesmléia Legislativa do Piauí. Novembro de 2013.

Antes denominada Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do Planejamento Estratégico Institucional e Tecnologia da Informação do MPPI – CAMAPE, até junho de 2013 comandada pela Promotora de Justiça Janaína Rose Aguiar, por determinação do Ato PGJ nº 411/2013, foi elevada ao status de Assessoria do Procurador-Geral de Justiça, subordinada a este, com nova denominação de Assessoria de Planejamento e Gestão, coordenada por um membro do Ministério Público e composta pelas seguintes assessorias: Assessoria para a Gestão Estratégica, Assessoria para Elaboração e Acompanhamento de Projetos, Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária. Tal alteração ocorreu por reconhecimento da Administração Superior da importância da figura do planejamento em subsidiar o Gestor na busca constante da eficácia organizacional, através da disseminação de informações tempestivas e relevantes, alcance de metas e objetivos e da gestão orçamentária, mantendo estas com estreita relação com a atividade de planejamento da Instituição.

Assim, a Assessoria de Planejamento e Gestão além de ordenar a elaboração, a execução, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Planejamento Estratégico Institucional, busca desenvolver mecanismos que permitam maior integração técnica e funcional entre as unidades do Ministério Público do Piauí; coordenar a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos planos de ação setoriais e operacionais; Coordenar a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do PGA – Plano Geral de Atuação, definindo e divulgando as ferramentas necessárias para tal; Manter intercâmbio, solicitar informações e cooperação de quaisquer órgãos de execução do Ministério Público e demais órgãos da Administração Estadual, Federal e Municipais.

A APG participou das três reuniões anuais do Fórum Nacional de Gestão realizadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e também do 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. Nos encontros foram discutidos temas relativos à gestão do Ministério Público brasileiro, em cada uma de suas unidades, e buscou identificar, documentar, avaliar e difundir as melhores experiências resultantes de ações e projetos nos quais se considere pertinentes para serem adotadas em âmbito nacional, bem como, de outro, passíveis de serem intercambiadas.

O compartilhamento dessas informações, o debate, a troca de experiências e o amadurecimento de questões de interesse institucional na área de gestão, não só aproximou as diversas unidades e ramos da instituição, mas principalmente nos têm conduzido à formação de uma consciência e um pensamento institucional catalisadores de nossas boas intenções e norteadores dos rumos a seguir, subsidiando a uniformização e a almejada integração, tornando possível e legítima a construção e execução de projetos comuns, para que o Ministério Público possa enfrentar os desafios contemporâneos, por meio de uma atuação responsável e socialmente efetiva.

Um das metas adquiridas pelo Fórum Nacional de Gestão, foi a implementação na Assessoria de Planejamento e Gestão da prática de Gestão de Projetos que é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas para a execução de projetos de forma efetiva e eficaz, permitindo com que elas unam os resultados dos projetos idealizados com os objetivos estratégicos idealizados pela Instituição.

Assessoria para Gestão Estratégica

A Assessoria para a Gestão Estratégica tem como função prestar auxílio técnico ao membro designado para coordenar a Assessoria de Planejamento e Gestão na execução de suas atribuições. Tem por escopo analisar a conformidade das decisões do Gestor com o Planejamento Estratégico definido, e se for o caso alinhá-las a este. Auxilia ainda no monitoramento das metas definidas pela Administração Superior junto às Coordenadorias Técnicas e aos Centros de Apoio Operacional, ressaltando a importância da gerência através de indicadores de desempenho com vistas à gestão dos resultados que se espera atingir.

Assessoria para Elaboração e Acompanhamento de Projetos



A criação da Assessoria para Elaboração e Acompanhamento de Projetos, em 2013, permitiu a realização de um encontro sobre planejamento institucional, como o que aconteceu em março de 2014, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público.

O Ministério Público do Estado do Piauí despertou para o desenvolvimento dos projetos institucionais. A Assessoria tem como objetivo auxiliar membros e servidores na elaboração, gerenciamento e execução dos projetos, tanto os da área finalística quanto os da área administrativa. Para tanto, articulou junto ao Conselho Nacional do Ministério Público a possibilidade de realização, em 2014, de evento de incentivo à Gestão de Projetos no MP-PI. Frisa-se que um importante passo galgado em 2013 foi a padronização de modelos de termos para abertura e encerramento dos projetos, bem como de relatórios de gerenciamento e atas de reunião, o que norteia a construção de um futuro Banco de Projetos na instituição.

Ademais, foram autuados diversos projetos, conforme consta no quadro a seguir.

NOME DO PROJETO	UNIDADE RESPONSÁVEL
REGULAMENTAÇÃO DA LICENÇA - PRÊMIO	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
PROJETO CONTE ATÉ 10 NAS ESCOLAS	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO/ REPRESENTANTE COPELUC/MPPI
ACOMPANHAMENTO DE METAS DO PLANO DE AÇÃO 2012-2013	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ADEQUAÇÃO DO EFETIVO DE MEMBROS E SERVIDORES	COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ORGANIZACIONAL	COORDENAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA TODOS OS SETORES	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ADEQUAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS	COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
REGULAMENTAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS FIRMADOS PELO MPPI	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA ESPECIAL JUDICIÁRIA
IMPLANTAÇÃO NO ÂMBITO DO MPPI DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, ASSESSORIA ESPECIAL JUDICIÁRIA E CONTROLE INTERNO
REGULAMENTAÇÕES FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MPPI	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA ESPECIAL JUDICIÁRIA
CAMPANHA O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO?	CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - CACOP
MONITORAMENTO DAS COMISSÕES DESIGNADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
REALIZAÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS PARA ESTAGIÁRIOS	COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
CONFECÇÃO DE CARTEIRAS FUNCIONAIS PARA OS MEMBROS DO MP-PI	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
QUESTIONÁRIO SOBRE O PLANO DE AÇÃO 2012/2013 DOS CENTROS DE APOIO	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ELABORAÇÃO DO PLANO SETORIAL POR TODAS AS UNIDADES	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: BEM VIVER NO MP-PI	COORDENADORIA DE PERÍCIAS E PARECERES TÉCNICOS
ATO REESTRUTURADOR DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
CONTROLE DE MARGEM CONSIGNÁVEL DE MEMBROS E SERVIDORES	COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA SIMP	COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
REGULAMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES RELATIVAS A PESSOAL	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE CÓPIAS DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DO CORREIO ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PI	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRABALHO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE DE ACESSO DA INTERNET NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTOS LEGISLATIVO E DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI
ESCOLHA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA PELOS PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
REGULAMENTO DISPONDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E ASSESSORIA JURÍDICA DA PGJ/PI

Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária

Com a implementação do Planejamento Estratégico para o período 2010-2022, deu-se início a um processo de mudança cultural no MPPI, com o estabelecimento de objetivos, metas e planos de ação. Em decorrência dessa mudança, foram diagnosticadas algumas dificuldades, as quais se concentraram na necessidade de um maior comprometimento com os processos de gestão implementados e daqueles de natureza orçamentária e financeira.

Esse processo de mudança trouxe também objetivos mais definidos ao MPPI, que passou a buscar maior transparência nos repasses orçamentários e a promover ações para a obtenção da autonomia financeira do Órgão.

Inserido neste contexto de amadurecimento das mudanças implementadas está a Assessoria para

Programação e Gestão Orçamentária, cuja missão institucional é racionalizar o processo de alocação de recursos, zelando pelo equilíbrio das contas públicas através da melhoria da efetividade do processo orçamentário.

Destacamos abaixo algumas das principais realizações da Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária ao longo do exercício de 2013:

- Envio das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias no dia 15 de abril de 2013 e da Lei Orçamentária Anual em 31 de agosto de 2013, para a Assembleia Legislativa do Estado, em consonância com o estabelecido no Plano Plurianual - Lei nº 6154, de 05 de janeiro de 2012;
- elaboração de relatórios mensais e estatísticas para o acompanhamento e controle da execução orçamentária;
- constante intercâmbio com a Secretaria de Planejamento do Estado para a utilização e funcionamento adequado do Sistema de Navegação e Segurança de Acesso (SISNAV), visando o acompanhamento das alterações no orçamento;
- análise e emissão de pareceres acerca da adequação e compatibilidade da realização das despesas da Procuradoria-Geral de Justiça com as Leis Orçamentárias, bem como a classificação programática das despesas a serem realizadas (312 pareceres orçamentários);
- colaboração na elaboração de programas, planos e projetos internos em adequação às diretrizes estabelecidas no planejamento orçamentário.

Acompanhamento da Execução

No ano de 2013, o acompanhamento da execução orçamentária ofereceu parâmetros norteadores para a adequação da dotação orçamentária em termos da sua programação, influenciando nas decisões a serem tomadas quanto as medidas para melhoria da eficiência da execução, a qual resultou no empenho de 95,97% das dotações orçamentária da Procuradoria-Geral de Justiça, bem como na concessão de créditos adicionais suplementares, cujo montante total foi de R\$ 8.032.660,00 (oito milhões, trinta e dois mil, seiscentos e sessenta reais).

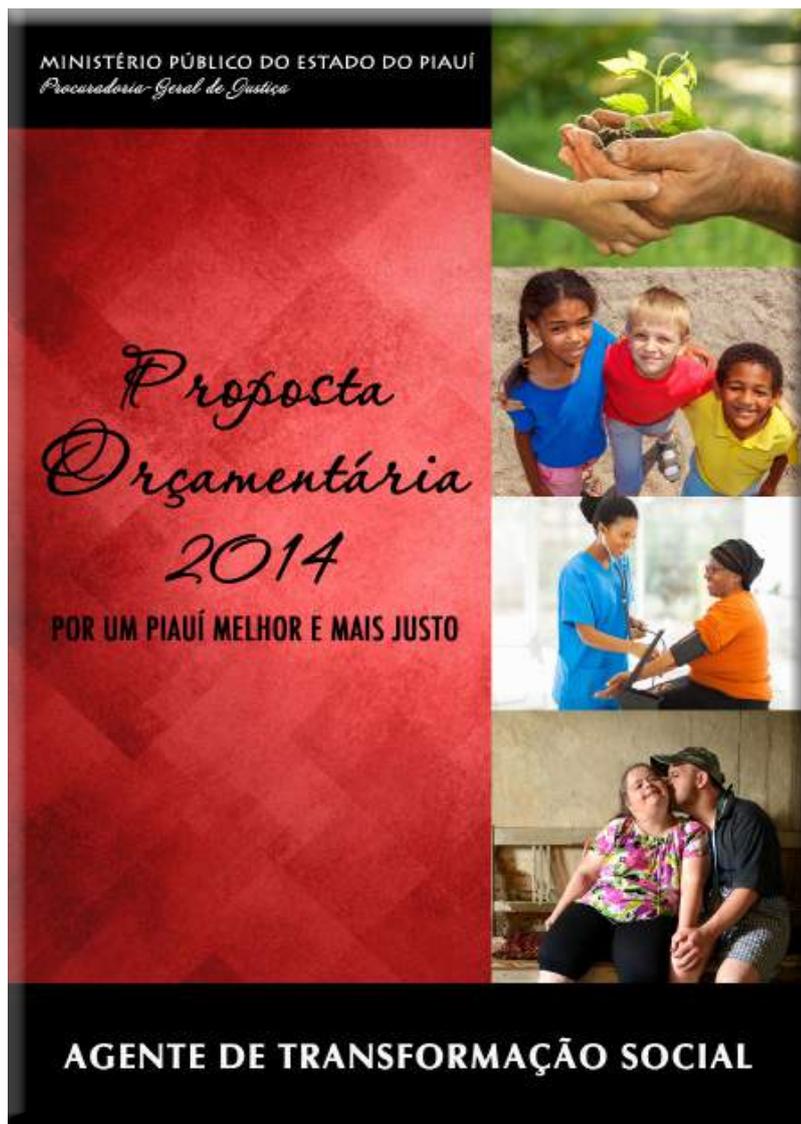
Além disso, a avaliação da série histórica das ações permitiu ajustes na previsão de dotação na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual e contribuiu para que os resultados programados fossem efetivamente alcançados.

Gestão Orçamentária

Dada a obrigatoriedade de se tomar medidas para a manutenção do equilíbrio das contas públicas, dentre as quais figura o atingimento de metas fiscais, a LRF prevê que os atos voltados para a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, serão acompanhados de declaração de adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Portanto, a participação da Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária no cumprimento das metas fiscais está em, continuamente, reavaliar as despesas de modo a, caso necessário, limitar o orçamento para que as metas estabelecidas na LDO sejam cumpridas.

Para isso, foram emitidos, durante o exercício financeiro de 2013, 312 pareceres orçamentários que auxiliaram os gestores financeiros na busca do equilíbrio fiscal.



Ao longo de muitos anos, o Ministério Público do Estado do Piauí vinha verificando que sempre havia um déficit orçamentário para consigo no que diz respeito à repartição dos recursos na Lei Orçamentária Anual, em relação aos demais poderes. Surgiu, então, a necessidade de inovar, no momento do encaminhamento da proposta ao legislativo, objetivando buscar uma forma de envolver os agentes políticos e a população a participar das discussões acerca da distribuição e aprovação das propostas a partir do conhecimento detalhado do planejamento traçado pelo MPPI e, por conseguinte, favorecer o reconhecimento do direito de cada um dos poderes.

Diante disso, o processo de elaboração do orçamento público passou a se iniciar com a discussão das metas e prioridades da administração, conforme dados constantes da lei de diretrizes orçamentárias, instrumento já tradicional para início do processo orçamentário e apresentou como resultado final uma publicação gráfica

didática e transparente da proposta orçamentária para o exercício de 2014, a qual almejava alavancar o repasse de recursos ao MPPI e proporcionar condições financeiras para que pudesse cumprir com fidelidade seu papel.

Ementário da Proposta Orçamentária:

- Detalhamento dos resultados obtidos com o orçamento de 2013;
- Descrição da atuação do MPPI;
- Demonstração da evolução no repasse orçamentário aos demais poderes nos últimos anos;
- Comparação entre a estrutura do MPPI e os demais MPs da região Nordeste;
- Caracterização da estrutura física e de recursos humanos do MPPI;
- Definição das necessidades para manutenção da estrutura existente;
- Apontamento das necessidades de novas contratações.
- Planejamento das campanhas institucionais a serem realizadas;
- Descrição do plano anual de capacitações para membros e servidores;
- Definição dos projetos de adequação estrutural;
- Demonstração da aplicação de todos os recursos a serem arrecadados.

Ao adotar uma metodologia mais didática para apresentação da proposta orçamentária de 2014, o Ministério Público do Estado do Piauí buscou modernizar a gestão, obteve um incremento de 16% no repasse orçamentário e contribuiu, desta forma, para o desempenho o seu papel institucional.

DADOS ORÇAMENTÁRIOS - EXERCÍCIO 2013		
1	Orçamento do Estado/União	R\$ 7.252.083.119,00
2	Orçamento do Ministério Público - Receitas próprias - Fundos	R\$ 3.123.900,00
3	Orçamento do Ministério Público - Recursos provenientes na Lei Orçamentária	R\$ 122.546.216,00
4	Despesa total executada pelo Ministério Público	R\$ 122.766.363,88
5	Despesa de custeio executada pelo Ministério Público	R\$ 12.294.969,61
6	Despesa de custeio - DIÁRIAS executada pelo Ministério Público	R\$ 1.025.117,04
7	Despesa de capital executada pelo Ministério Público	R\$ 4.504.975,57
8	Despesa de capital - Tecnologia da Informação executada pelo Ministério Público	R\$ 433.228,90
9	Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público	R\$ 100.787.870,72
10	Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadr.	1,57%
11	Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 2º quadr.	1,48%
12	Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadr.	1,51%

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF é órgão auxiliar do Ministério Público, previsto na no art. 62 da Lei Complementar nº 12/1993, e instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí pelo Ato PGJ nº 473/2013, em 13 de julho de 2013.

Pretende efetivar objetivos do Planejamento Estratégico de Ministério Público 2010/2022, propondo o planejamento da capacitação de membros e servidores, através da estratégia de implementação de programas de capacitação continuada, e, para isto, tendo como iniciativa estratégica a elaboração de cronograma anual de cursos, encontros técnicos temáticos, oficinas, reuniões de trabalho, a serem realizadas na Capital e no interior do Estado.

Possui como objetivo geral a realização de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, encontros, estudos e publicações visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais, através da elaboração de um Plano de Capacitação de Membros e Servidores anual que elenque e delinear as ações pertinentes, com o objetivo de proporcionar ao potencial humano da Instituição oportunidades de crescimento pessoal e profissional, possibilitando a reflexão, a integração e a apreensão de novas habilidades a serem aplicadas às rotinas de trabalho, indo ao encontro das ações do Planejamento Estratégico e aos fins institucionais.

Durante o ano de 2013, com poucos meses de funcionamento, o CEAF promoveu uma série de atividades relevantes para o fortalecimento do Ministério Público do Estado do Piauí e sua aproximação da sociedade.

CARAVANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ



O CEAF foi responsável pelo planejamento e execução da Primeira Caravana do Ministério Público do Estado do Piauí, em parceria com a Assessoria de Planejamento e Gestão, e apoio da Corregedoria Geral do MPPI, da Ouvidoria Geral do MPPI e dos Centros de Apoio Operacional, da Caravana do Ministério Público do Estado do Piauí, com o objetivo de fortalecer o controle social da gestão dos recursos públicos, no intuito de coibir a corrupção, através da capacitação dos Conselhos Sociais, bem como fomentar a aproximação entre os membros do Ministério Público e a sociedade.

A Caravana ocorreu no período de 22 de Setembro a 25 de Novembro de 2013 e contemplou as seguintes cidades:

- CORRENTE: 129 pessoas capacitadas;





- BOM JESUS: 137 pessoas capacitadas;





- SÃO RAIMUNDO NONATO: 128 pessoas capacitadas;



- URUÇUÍ: 150 pessoas capacitadas;



- SÃO JOÃO DO PIAUÍ: 267 pessoas capacitadas;



- FLORIANO: 90 pessoas capacitadas;



- PICOS: 253 pessoas capacitadas;



- ÁGUA BRANCA: 206 pessoas capacitadas;



- CAMPO MAIOR: 127 pessoas capacitadas;



- VALENÇA: 211 pessoas capacitadas;



- BARRAS: 105 pessoas capacitadas;



- PARNAÍBA: 102 pessoas capacitadas;



- TERESINA: 110 pessoas capacitadas



TOTAL: 2015 pessoas capacitadas.

QUANTITATIVO DE EVENTOS REALIZADOS EM 2013

1	Palestra: Experiências no Tribunal do Júri. Palestrante: Dr. Roberto Tardelli	28/08/13	8hs/aula	15 membros (estimativa)
2	Lançamento da Caravana do MPPI - Palestra: O Ministério Público e Conselhos Sociais: parceria em prol do fortalecimento da democracia. Palestrante: Dr. Márcio Soares Berclaz	13/09/13	4h/aula	50 membros (estimativa)
3	1º Encontro Regional-Ministério Público MEC e Ministério da Cultura-FUNDEB	19 e 20/09/2013	16h/aula	47 membros
4	Curso de Vitaliciamento dos Promotores de Justiça Substitutos	28 e 29/11/2013	16h/aula	15 membros
5	Lançamento da Campanha “Conte até 10”	30/10/13	4h/aula	Não houve participação de membros
6	Dia do servidor	29/10/13	4h/aula	Servidores
7	Dia Nacional do Ministério Público	13/12/13	4h/aula	116 membros e servidores



3. COORDENADORIAS TÉCNICAS

Coordenadoria de Apoio Administrativo

Coordenador: Marcílio de Oliveira Silva

A Coordenadoria de Apoio Administrativo é responsável por coordenar o planejamento e a execução das atividades relacionadas com aquisição, controle, guarda, distribuição e alienação de bens; Coordenar o planejamento, o controle, o acompanhamento e a execução das atividades relativas aos serviços gerais e às atividades auxiliares, inclusive os prestados por empresas terceirizadas; Informar à Divisão de Recebimento de Material e Acompanhamento dos Contratos e Convênios sobre ocorrências de interrupção, paralisação ou descumprimento das obrigações contratuais pelos contratados.

Dentre os processos administrativos iniciados e concluídos na CAA destacam-se:

- Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionados e bebedouros em todas as Promotorias de Justiça da capital e interior;
- Aquisição de material permanente, mobília de escritório para os setores administrativos e Promotorias de Justiça da capital e interior;
- Contratação de serviços de confecção de carimbos, com reposição de borrachas e cópias de chaves para atender a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí;
- Prorrogação da vigência do contrato celebrado para Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de elevador;
- Prorrogação do prazo de vigência do contrato celebrado para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de centrais telefônicas.
- Prorrogação do prazo de vigência do contrato celebrado para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de abastecimento e manutenção de veículos e serviços;
- Contratação de empresa para prestação de seguro dos veículos da PGJ;
- Doação de bens móveis inservíveis e obsoletos a entidades beneficentes;
- Início da entrega de materiais de consumo nas Promotorias de Justiça do interior do Piauí;
- Renovação da frota de veículos da capital.

RELAÇÃO DE VEÍCULOS ADQUIRIDOS EM 2013		
Veículo	Placa	Data de Aquisição
PALIO WK ATTRAC 1.4	OUE0088	07/01/2013
DOBLO ESSENCE 1.8	OUE0458	07/01/2013
DUCATO M BUS RONTAN	OUE0548	07/01/2013
C4 PALLAS 20G F	OUD8828	07/01/2013
SPIN 1.8L MT LT	OUA2344	01/04/2013
SPIN 1.8L MT LT	OUA2394	01/04/2013
SPIN 1.8L MT LT	OUA2374	01/04/2013
SPIN 1.8L MT LT	OUA2204	01/04/2013
SPIN 1.8L MT LT	OUA5534	01/04/2013
SPIN 1.8L MT LT	OUA5564	01/04/2013
SIENA EL 1.4 FLEX	OUA4326	26/06/2013
SIENA EL 1.4 FLEX	OUA3816	20/06/2013
SIENA EL 1.4 FLEX	OUA3786	20/06/2013
SIENA EL 1.4 FLEX	OUA3986	03/06/2013
SIENA EL 1.4 FLEX	OUC8657	20/06/2013
MMC / L200 TRITON 3.2 D	OVY2246	01/10/2013
MMC / L200 TRITON 3.2 D	OVY2276	01/10/2013

A Coordenadoria de Apoio Administrativo também é responsável pelo Protocolo-Geral do Ministério Público do Piauí. Em 2013 tal setor passou a funcionar em horário entendido para melhor atender às necessidades da instituição e da sociedade e registrou 20102 processos ao longo do ano. A Divisão de Gestão de Documentos, por sua vez, tem registro de 1270 processos no mesmo período.

ALMOXARIFADO

5661 requisições de materiais

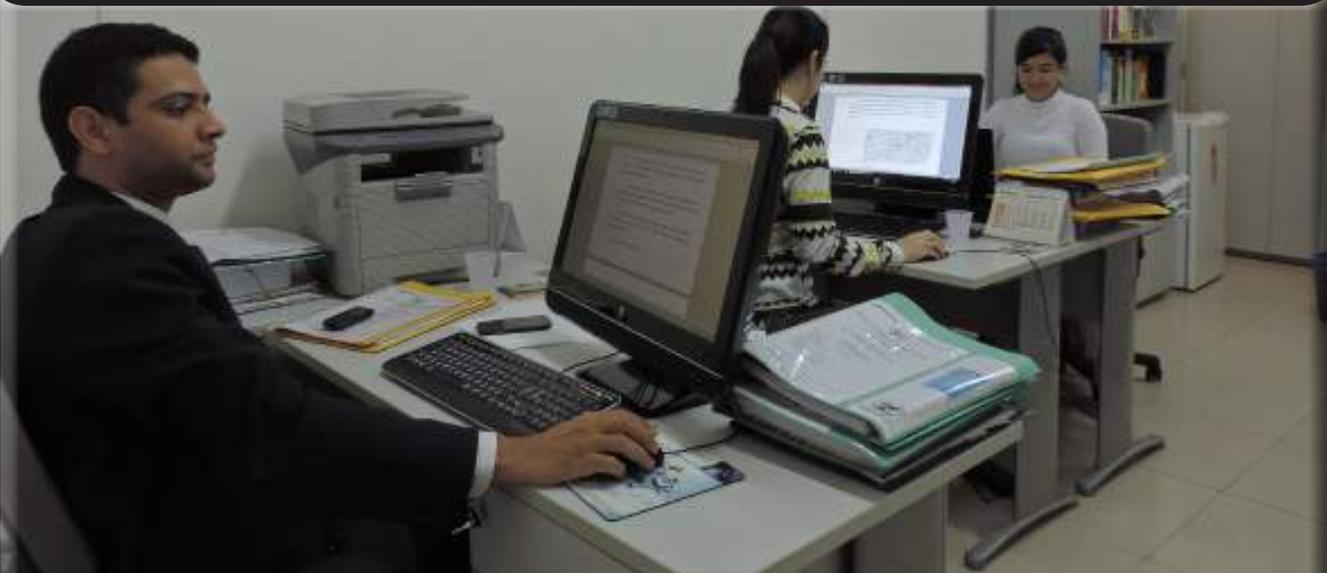
72 notas fiscais de compras

Mais de 300 itens em estoque

Mais de 400 itens cadastrados



A Coordenadoria de Apoio Administrativo é a principal responsável pela condução de procedimentos de aquisição de material permanente, como veículos, por exemplo. As motocicletas acima foram distribuídas entre seis municípios piauienses. Os veículos facilitam o transporte de documentos e materiais, oferecendo mais recursos para que os Promotores de Justiça prestem um serviço cada vez melhor e mais ágil para a sociedade.



O trabalho da Coordenadoria de Apoio Administrativo também contribui para que o corpo funcional disponha de ambientes de trabalho condignamente mobiliados e bem equipados, como na foto acima, em que servidores trabalham na sede das Procuradorias de Justiça, na capital do Estado, Teresina. A a coordenadoria ainda dá suporte a toda estrutura telefônica, de fornecimento de água e de energia elétrica em todas as unidades do Ministério Público.

Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Coordenador: Dênis Rodrigues de Lima

A Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças conta com duas áreas técnicas específicas, que se completam, quais sejam: Assessoria Contábil e Divisão de Execução Financeira.

Dentre outras atribuições, a Assessoria Contábil é responsável pela instrumentalização e orientação dos procedimentos contábeis; acompanhamento dos saldos de empenhos para fins de anulação e baixas no SIAFEM (Sistema de Administração Financeira do Estado do Piauí) e efetuação das baixas para fins de conciliação com os extratos bancários; conferência e encaminhamento das prestações de contas mensais aos órgãos de controle; elaboração da Declaração de Informe de Rendimentos – DIRF; elaboração e envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF; baixas mensais no SIAFEM da folha de pagamento, folha complementar, IAPEP da folha, IAPEP complementar, INSS da folha, dívida do IAPEP, dívida do INSS, suprimento de fundos e material de consumo; acompanhamento do repasse do duodécimo; constante intercâmbio com a Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí, a fim de executar o trabalho mais correto possível.

A Assessoria Contábil é encarregada ainda pela confecção de planilhas com fórmulas acertadas para fins de realização de cálculos tributários e controle; estudo para adequação do tipo tributário incidente, bem como sua porcentagem;; acompanhamento diário das contas do Ministério Público do Estado do Piauí, verificando e identificando todos os créditos e débitos existentes, confrontando informações dos extratos bancários e dos relatórios de movimentação das contas no SIAFEM; geração de guias de recolhimento (GR's) nos casos de solicitação de cancelamento de ordens bancárias (OB's), contabilização de receitas de aplicação financeira e de pagamento de multas do PROCON. Ao fim de cada mês, é realizada a geração e impressão de relatórios de movimentação bancária, empenhos emitidos e demonstrativos de execução orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) e Fundo de Modernização do Ministério Público (FMMP), para enviar à Secretaria de Planejamento (SEPLAN), à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e à Assembleia Legislativa, conforme o previsto no Art. 39 da Lei nº 6.252 de 03/08/2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, até o 30º dia de cada mês, além das prestações de conta ao TCE, que necessita de consulta aos relatórios de movimentação bancária prontos, a geração das planilhas de conciliação financeira de cada conta, com todos os débitos ou créditos não contabilizados pelo banco ou pelo órgão, notificando sobre inconsistências entre as baixas e as notas de lançamento (NL's) emitidas pela SEFAZ à assessoria responsável.

Relevante citar os relatórios emitidos com frequência pela Assessoria Contábil: recursos diretamente arrecadados pela instituição, devidamente identificados e contabilizados; convênios celebrados pela instituição, de acordo com informações da Coord. De Planejamento Estratégico; recursos repassados a Municípios e Instituições públicas; contratos realizados, consultando a da Coord. de Licitações e contratos pessoalmente ou através do site; adiantamentos concedidos e recursos repassados a organizações não governamentais. Ademais, realiza a confecção de relatórios de emissão de Notas Fiscais para pagamento, com identificação do credor, do número do processo, da nota fiscal, dos devidos tributos, das porcentagens e dos valores líquidos, além de retenções municipais e federais, com emissão de guias, envio para pagamento, controle dos recibos e envio para arquivo nos processos e declarações do ISSO, através da análise e filtro de todos os pagamentos realizados no mês, bem como busca aos processos para certificações e posterior procedimento de retenção e pagamento.

A Divisão de Execução Financeira é responsável pelos pagamentos de integrantes e fornecedores,

bem como pela arrecadação de todas as receitas do órgão, tais como convênios e concursos. Dentre suas atribuições, destacam-se: elaboração e observância de calendário das obrigações financeiras rotineiras e periódicas; verificação se a liquidação das notas fiscais recebidas foram nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64; verificação se a liquidação das notas fiscais acima de R\$ 80.000,00 foi realizada por comissão de pelo menos três servidores; inclusão das NL - Notas de Lançamento e PD – Programa de Desembolso; emissão de ordens bancárias e processamento do pagamento; processo das rotinas relacionadas à diárias verificando se foram atendidas as exigências legais e regulamentares e das rotinas relacionadas a Suprimentos de Fundo verificando se foram atendidas as exigências legais e regulamentares; individualização do uso de atividades no SIAFEM via senha específica, orientando os demais servidores que também utilizam o mesmo; acesso restrito ao setor financeiro, tendo total sigilo ético e profissional referente as informações recebidas e trabalhadas no setor; intercâmbio constante com a Secretaria da Fazenda, visando ao funcionamento adequado e à perfeita utilização do sistema SIAFEM pelo MPE-PI.

Cabe à Divisão de Execução Financeira ainda realizar a emissão de empenhos e anulação de empenhos, verificando se foram atendidas as exigências legais e regulamentares e emissão de empenhos, liquidação e pagamento de diárias de todos os membros e servidores do MPPI, além de providenciar empenho, liquidação e pagamento da Folha de Pagamento e da Folha Suplementar referente à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE); via SIAFEM, evitando-se pagamentos via ofício e respeitando os prazos estipulados em ato.

Capacitação dos servidores da CCOF

A Administração Superior disponibilizou e/ou permitidos aos servidores desta Coordenadoria a oportunidade de participarem de cursos e palestras, como pode-se observar no quadro abaixo.

Cursos	Instituição organizadora	Período	Carga horária	Custeado pelo MP/PI	Quantitativo de servidores
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Escola de Gestão e Controle (TCE/PI)	19/02 a 22/02/2013	28h	não	1
Retenções de Tributos Federais	CRC-PI	13/07/2013	8h	sim	5
Curso Prático: IN 480/04 Revogada pela IN RFB 1.234/2012. Retenções na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contração de Bens e Serviços na Administração Pública. (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/ INSS/ISS)	One Cursos	29/10 a 30/10/2013	16h	sim	2
Retenção e Recolhimento de Tributos (INSS-IRRF-ISS-QN)	CGE-PI	06/11 a 08/11/2013	12h	não	4

Contabilidade Pública e seus Aspectos Patrimoniais e Legais (Uma Nova Contabilidade)	One Cursos	26/11 a 28/11/13	24h	sim	2
--	------------	------------------	-----	-----	---

Orçamento 2013

A publicação da LOA - Lei Orçamentária Anual nº 6.305, de 10 de Janeiro de 2013, foi o marco inicial da para a execução orçamentária e financeira para o MPE-PI, onde delimitou os créditos orçamentários na quantia de R\$ 122.546.216,00 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e duzentos e dezesseis reais), este valor distribuído em três U.O – Unidades Orçamentárias, que são U.O 25101 – Procuradoria Geral de Justiça, U.O 25102 – Fundo Especial do Ministério Público e U.O 25103 – Corregedoria Geral do Ministério Público.

O desdobramento do orçamento para o exercício financeiro de 2013 foi realizado por meio do Decreto 15.061 de 15 de janeiro de 2013 que dispôs sobre o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD), conforme resumo abaixo:

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA		
UO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - 25.101		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
R\$ 102.784.146,00	R\$ 11.463.170,00	R\$ 4.663.000,00
TOTAL		R\$ 118.910.316,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA		
UO - FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - 25.102		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
R\$ 0,00	R\$ 1.323.900,00	R\$ 1.800.000,00
TOTAL		R\$ 3.123.900,00

Recursos Fonte 18: Recursos dos Fundos Especiais.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DEPESA		
UO - CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - 25.103		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
R\$ 0,00	R\$ 462.000,00	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 512.000,00

Vale ressaltar que do total do Orçamento aprovado para o exercício de 2013, apenas R\$ 118.943.816,00 (cento e dezoito milhões, novecentos e quarenta e três mil e oitocentos e dezesseis reais) são recursos do tesouro estadual, incluindo o valor de R\$ 512.000,00 (quinhentos e dose mil reais) destinados a Corregedoria Geral do MPE-PI.

As atividades de controle e execução realizadas por esta Coordenadoria são referentes as U.O 25101 - Procuradoria Geral da Justiça e U.O 25102 - Fundo Especial do Ministério Público.

Já a execução orçamentária e financeira da U.O 25103 - Corregedoria Geral do Ministério Públi-

co são desenvolvidas pela própria Corregedoria Geral do MPE-PI.

Os programas de trabalhos inseridos na U.O 25101 – Procuradoria Geral de Justiça são:

- I - 02.128.0001.1147 – Formação de Recursos Humanos;
- II - 02.062.0083.2171 – Defesa do Interesse Público dos Direitos Indisponível e do Cidadão;
- III - 04.122.0001.1148 – Infraestruturação e Manutenção de Sedes do Ministério Público;
- IV - 04.122.0082.2176 – Pagamento de Diferenças Salariais a Membros e Servidores e;
- V - 04.122.0082.2225 – Coordenação Geral do Ministério Público.

Insta mencionar que no Orçamento da U.O 25101 – Procuradoria Geral de Justiça, passou por transformações no decorrer do exercício financeiro, fruto de diversos pedidos por anulações parciais das dotações, com suplementações e abertura de créditos adicionais no orçamento, todos encaminhados para a Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAN, a exemplo, dos Decretos 15.192/2013, 15.244/2013, 15.315/2013, 15.321/2013, 15.395/2013, 15.400/2013, 15.448/2013 e 15.475/2013, que modificaram o orçamento inicialmente aprovado, passando a ter uma dotação na ordem de R\$ 126.464.476 (cento e vinte e seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e setenta e seis reais), na fonte de recursos do tesouro estadual, conforme planilha a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
02.128.0001.1147	3.3.90.36	30.000,00	10.000,00
02.128.0001.1147	3.3.90.39	70.000,00	60.000,00
04.122.0001.1148	4.4.90.51	350.000,00	1.118.816,00
02.062.0083.2171	3.3.90.14	20.000,00	20.000,00
02.062.0083.2171	3.3.90.36	20.000,00	5.000,00
02.062.0083.2171	3.3.90.39	30.000,00	45.000,00
04.122.0082.2176	3.1.90.92	4.439.258,00	5.170.458,00
04.122.0082.2225	3.1.90.11	76.636.760,00	72.995.139,00
04.122.0082.2225	3.1.90.12	313.300,00	328.300,00
04.122.0082.2225	3.1.90.13	963.988,00	883.988,00
04.122.0082.2225	3.1.91.13	20.253.260,00	19.958.630,00
04.122.0082.2225	3.1.90.16	80.000,00	207.000,00
04.122.0082.2225	3.1.90.92	50.000,00	9.296.155,00
04.122.0082.2225	3.1.90.94	0,00	30.000,00
04.122.0082.2225	3.1.90.96	47.580,00	47.580,00
04.122.0082.2225	3.2.90.21	5.000,00	15.000,00
04.122.0082.2225	3.3.90.08	60.000,00	46.970,00
04.122.0082.2225	3.3.90.14	600.000,00	1.020.000,00
04.122.0082.2225	3.3.90.15	15.000,00	25.000,00
04.122.0082.2225	3.3.90.30	250.000,00	362.718,00
04.122.0082.2225	3.3.90.33	250.000,00	245.000,00
04.122.0082.2225	3.3.90.34	15.000,00	15.000,00
04.122.0082.2225	3.3.90.35	20.000,00	0,00
04.122.0082.2225	3.3.90.36	1.960.000,00	1.731.030,00
04.122.0082.2225	3.3.90.37	1.018.000,00	1.162.492,00

04.122.0082.2225	3.3.90.39	3.200.000,00	3.820.000,00
04.122.0082.2225	3.3.90.46	3.391.670,00	3.340.920,00
04.122.0082.2225	3.3.90.47	30.000,00	15.000,00
04.122.0082.2225	3.3.90.92	80.000,00	1.000.000,00
04.122.0082.2225	3.3.90.93	30.000,00	74.790,00
04.122.0082.2225	4.4.90.39	0,00	155.640,00
04.122.0082.2225	4.4.90.52	120.000,00	345.850,00
04.122.0082.2225	4.6.90.71	123.000,00	313.000,00
04.122.0082.2225	4.6.91.71	3.960.000,00	2.600.000,00
		118.431.816,00	126.464.476,00

Da execução financeira e orçamentária

A execução da U.O 25101 – Procuradoria Geral de Justiça

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Atualizado e do Orçamento Executado, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, em 2013, por fonte de recursos.

Fonte de Recurso	Demonstrativo Orçamento Atualizado	Empenhos no Exercício 2013	Valor Total Liquidados no Exercício 2013	Total pago no Ano	Restos a Pagar (Processados e Não Processados)
Recursos do Tesouro	R\$ 126.464.476,00	R\$ 121.373.899,36	R\$ 119.909.188,02	R\$ 119.416.737,99	R\$ 1.957.161,37
Recursos de Outras Fontes	R\$ 478.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	R\$ 126.942.976,00	R\$ 121.373.899,36	R\$ 119.909.188,02	R\$ 119.416.737,99	R\$ 1.957.161,37

O quadro demonstrativo evidencia o total do Orçamento para a U.O 25101 da Procuradoria Geral de Justiça, sendo que desse montante 99,63% (noventa e nove inteiros e sessenta e três centésimos por cento) são de recursos do tesouro estadual e 0,37% (trinta e sete centésimos por cento) refere-se a recursos da fonte 10, ou seja, de convênios.

Do total das dotações orçamentárias da Procuradoria Geral de Justiça, pode-se afirmar que foi empenhado cercar de 95,97% (noventa e cinco inteiros e noventa e sete centésimos por cento), correspondente a R\$ 121.373.899,36 (cento e vinte e um milhões, trezentos e setenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos).

Dos valores empenhados na U.O 25101 foram pagos no exercício financeiro o total de R\$ 119.416.737,99 (centos e dezenove milhões, quatrocentos e dezesseis mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos), restando em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 1.957.161,37 (milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e um reais e trinta e sete centavos) classificados como Restos a Pagar Processados e Não Processados para o exercício seguinte.

Na U.O 25101 – Procuradoria Geral de Justiça houve ingressos de recursos financeiros em 2013, no total de R\$ 122.537.508,77 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e oito reais e setenta e sete centavos), correspondente ao repasse mensal do Duodécimo da PGJ, realizado

pelo Executivo, no valor de R\$ 118.431.816,00 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e trinta e um mil, oitocentos e dezesseis reais), o valor de R\$ 3.910.888,50 (três milhões, novecentos e dez mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) referente a créditos adicionais suplementares ao orçamento, recurso também repassado pelo Executivo, e os Rendimentos de Aplicação Financeira no valor de R\$ 194.804,27 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e quatro reais e vinte e sete centavos).

Mês/Ano	Repasso Duodécimo PGJ	Crédito Suplementar Adicional	Rendimentos de Aplicação C/C 310-4	Total Geral R\$
Janeiro/2013	9.869.318,00	0,00	8.440,89	9.877.758,89
Fevereiro/2013	9.869.318,00	0,00	7.506,94	9.876.824,94
Março/2013	9.869.318,00	0,00	9.369,82	9.878.687,82
Abril/2013	9.869.318,00	0,00	13.733,95	9.883.051,95
Maió/2013	9.869.318,00	0,00	11.080,27	9.880.398,27
Junho/2013	9.869.318,00	0,00	11.452,36	9.880.770,36
Julho/2013	9.869.318,00	0,00	15.902,83	9.885.220,83
Agosto/2013	9.869.318,00	0,00	19.335,56	9.888.653,56
Setembro/2013	9.869.318,00	559.484,50	22.876,97	10.451.679,47
Outubro/2013	9.869.318,00	559.484,50	29.833,85	10.458.636,35
Novembro/2013	9.869.318,00	559.484,50	24.897,75	10.453.700,25
Dezembro/2013	9.869.318,00	2.232.435,00	20.373,08	12.122.126,08
TOTAL R\$	118.431.816,00	3.910.888,50	194.804,27	122.537.508,77

Dos recursos obtidos em 2013 foram aplicados com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Despesas Correntes, Investimentos e Amortização da Dívida, conforme planilha abaixo.

Demonstrativo Orçamento - 25101	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Despesas Correntes	Despesas de Investimento	Amortização de Dívida
Executado	R\$ 105.957.718,45	R\$ 8.600,25	R\$ 11.459.279,75	R\$ 1.081.506,03	R\$ 2.764.350,68
Percentual Executado do Orçamento - Fonte 00	83,78%	0,007%	9,06%	0,85%	2,18%

O Fluxo Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, conjugados com os saldos disponíveis que vêm do exercício anterior e os que vão para o exercício seguinte.

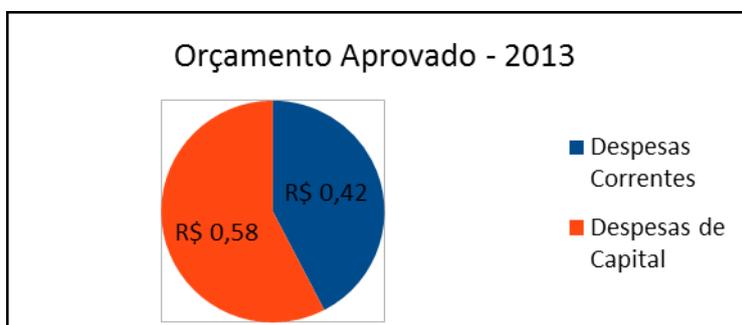
FLUXO FINANCEIRO C/C 310-4 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
SALDO FINAL EM 31/12/2012	R\$ 4.308.908,60
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 122.342.704,50
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS/FINANCEIRAS	R\$ 194.804,27
(-) DESPESAS OPERACIONAIS PAGAS 2013	R\$ 119.416.737,99
(-) OUTRAS DEPESAS OPERACIONAIS	R\$ 246.893,70
SALDO FINAL EM 31/12/2013	R\$ 7.182.785,68

A execução da U.O 25102 – Fundo de Modernização do Ministério Público

Do Orçamento Aprovado

A despesa para o exercício de 2013 foi fixada na LOA em R\$ 3.123.900,00 (três milhões cento e vinte e três mil e novecentos reais). Do total aprovado, as despesas correntes representam 42,38% e as despesas de capital representa 57,62%.

Demonstrativo Orçamento	Pessoal e Encargos Sociais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Aprovado	-	1.323.900,00	1.800.000,00	3.123.900,00
Percentual	-	42,38%	57,62%	100%



Posteriormente o orçamento foi alterado por meio de remanejamento orçamentário, ou seja, sem alteração da dotação orçamentária final, mantendo o mesmo valor da dotação inicial, conforme especificado abaixo:

ELEMENTO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO (+)	ANULAÇÃO (-)	ORÇAMENTO ATUALIZADO
3390.39/2181	1.200.000,00	0,00	262.260,00 (Pedido n° 19.767)	R\$ 937.380,00
			360,00 (Pedido n° 19.934)	
3390.92/2181	0,00	262.260,00 (Pedido n° 19.767)	0,00	R\$ 262.620,00
		360,00 (Pedido n° 19.934)	0,00	
DOTAÇÃO FINAL				R\$ 1.200.000,00

A Lei Orçamentária Anual – LOA do Estado do Piauí N° 6.305, de 10 de Janeiro de 2013, dispôs no seu artigo 7º que durante o exercício financeiro de 2013 o Poder Executivo ficou autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) das despesas fixadas, para suprir as dotações que resultarem insuficientes.

Com base na LOA e LDO, o pedido de abertura de crédito adicional foi encaminhado à Secretaria de Planejamento – SEPLAN, para a análise do conteúdo programático e da técnica orçamentária, a fim de ser dado o encaminhamento adequado à alteração orçamentária solicitada.

Da execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Aprovado e do Orçamento Executado, no âmbito do Fundo Especial do Ministério Público, em 2013, por grupo de despesas.

Demonstrativo Orçamento	Pessoal e Encargos Sociais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Aprovado	-	1.323.900,00	1.800.000,00	3.123.900,00
Executado	-	301.122,96	478.285,11	779.408,07
Percentual Executado	-	22,74%	26,57%	24,94%

Do total executado, 39% foram destinados a despesas de custeio e 61 % para despesas de capital.

Demonstrativo Orçamento	Pessoal e Encargos Sociais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Executado	-	301.122,96	478.285,11	779.408,07
Percentual Executado	-	39%	61%	100%

Da Execução Financeira

O demonstrativo abaixo evidencia o fluxo de caixa (entradas e saídas de recursos), adicionando-se às entradas de recursos, o saldo disponível que vem do exercício anterior e às saídas de recursos, o saldo disponível atual:

FLUXO FINANCEIRO C/C 1532-3 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
SALDO FINAL EM 31/12/2012	R\$ 859.803,24
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 15.974,34
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 134,87
(-) DESPESAS OPERACIONAIS PAGAS 2013	R\$ 574.985,33
(-) RESTOS A PAGAR 2012	R\$ 67.200,00
TRANSFERÊNCIA PARA BB	
SALDO FINAL EM 31/12/2013	R\$ 233.727,12

FLUXO FINANCEIRO C/C 9154-5 BANCO DO BRASIL	
SALDO FINAL EM 31/12/2012	R\$ 0,00
(+) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRAS	R\$ 67.200,00
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 970,19
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 0,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS PAGAS 2013	R\$ 0,00
(-) RESTOS A PAGAR 2012	R\$ 33.600,00

Durante o exercício de 2013, foram empenhadas despesas no montante de R\$ 779.048,07 (Setecentos e setenta e nove mil quarenta e oito reais e sete centavos), sendo que deste valor foram liquidadas R\$ 574.625,33 (quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), apresentando no final do exercício um saldo a liquidar de R\$ 204.422,74 (duzentos e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos), correspondendo aos restos a pagar do exercício, conforme se observa no demonstrativo:

Observa-se que do valor transferido para o Banco do Brasil (C/C 9154-5) para pagamento de restos a pagar de 2012, referente ao Contrato com a CESPE/Unb, só foi utilizado R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), devendo, portanto, ser totalizado o processo de pagamento dos restos a pagar de 2012.

Cabe ressaltar que os dados da execução Orçamentária e Financeira apresentados, foram extraídos dos extratos bancários e do SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira, onde demonstram todos os aspectos relevantes, a posição da U.O 25101 – Procuradoria Geral de Justiça e U.O 25102 Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí, de forma detalhada, clara e objetiva.

Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos

Coordenador: José Anchieta Nery Neto

À Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos atua no sentido primordialmente de proporcionar aos Procuradores e Promotores de Justiça o mais eficaz auxílio e fomento técnico necessários ao cumprimento das metas institucionais. Desta forma são atribuições desta Coordenadoria, dentre outras: prestação de apoio técnico realizando perícias e oferecimento de suporte a diligências; gerenciamento, supervisão e controle dos exames periciais e a elaboração de pareceres e relatórios técnicos; orientação aos Procuradores e Promotores de Justiça nas análises dos laudos periciais dos institutos técnicos e dos pareceres técnicos de órgãos públicos ou privados, esclarecendo dúvidas e, quando necessário, apresentação de sugestões de procedimentos a serem adotados; coordenação a emissão de parecer técnico-contábil solicitado por unidade administrativa do MP-PI, referente às planilhas apresentadas por licitantes ou por empresas já contratadas pela Procuradoria Geral de Justiça, relativas, respectivamente, a julgamentos de propostas de preços e de pedidos de reajuste, repactuação ou manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos contratos; coordenação das diligências necessárias ao esclarecimento de fatos relacionados aos feitos internos e externos; condução dos procedimentos dirigidos à celebração de convênios de cooperação Técnica; análise de minutas de instrumentos de convênios, acordos e parcerias de interesse do Ministério Público, observando a legislação vigente e gerenciamento dos convênios firmados pelo Ministério Público.

Em 2013, foram realizadas pelas Assessorias em Arquitetura e Engenharia Civil, 26 perícias e/ou vistorias em locais diversificados tais como: Acessibilidade Parque Potycabana, Vistoria Estádio Alberto Tavares Silva, Acessibilidade Viaduto Avenida Higino Cunha, Vistoria Centro Educacional Masculino Internação provisória-CEIP, Vistoria Centro Educacional Masculino- CEM, Vistoria Zoobotânico, Vistoria Abrigo de Semi-Liberdade, Loteamento Canaã I e II, Clínica de Reabilitação Villa Vida, Averigua-

ção das condições da Central de Flagrantes e condições da obra Casa de Custódia José de Ribamar Leite.

A assessoria em Engenharia Florestal realizou 45 perícias referentes à regularidade de empreendimentos, além de análises técnicas referentes a estudos ambientais e recomendações em audiências públicas, tais como: condições de segurança em área de preservação permanente município de Oeiras, averiguação da poluição hídrica nas Lagoas do Norte em Teresina-PI, averiguação construção de estrada entre Joaquim Pires e Luzilândia, vistoria realizada nas casas atingidas pela enxurrada no bairro Santa Maria da Codipi, apuração de irregularidades ambientais referentes ao aterramento do leito do Rio Piauí, possível dano ambiental ocorrido na fazenda Santa Clara município de Canto do Buriti, irregularidade de lixo hospitalar e domésticos em instalações do aterro de São Raimundo Nonato, dano ambiental causado por indústria de cerâmica na Serra da Capivara - Coronel José Dias, deposição irregular de resíduos sólidos no município de São Braz do Piauí, supressão vegetal sem licença em área localizada nas proximidades do assentamento Chapadinha, formação de lixo a céu aberto, Edificação da Margem do Rio Parnaíba, análise do estudo de impacto (EIA) referente à construção da Nova Barragem de Algodões- Cocal/PI, fiscalização barragem de Piracuruca, obras executadas DNOCS e IDP-FPI barragens, instalação de empreendimento nas Margens do Rio Guaribas.

- **Assistência Social**

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE
Visitas Domiciliares	154
Inspeções em Instituições de Acolhimento	09
Inspeções em Instituições de Medidas Socioeducativas	04
Vistorias/ Inspeções a Fundações, escolas públicas, hospitais e clínicas	50
Participação e Assessoria em audiências	21
Assessoramento em assuntos de políticas públicas sociais as promotorias de justiça e Centros de Apoio Operacionais	109
Escutas Qualificadas	57
Relatórios e Pareceres Técnicos	165
Articulação com profissionais da rede intersetorial (encaminhamentos diversos)	45
Visitas Institucionais	14
Elaboração de Minuta de Projeto	03
Apresentação de Política Nacional como parte da programação do curso de formação para novos promotores de justiça	01
Participação em Seminários e Reuniões representando o Ministério Público	02
Apresentação da rede de atendimento a pessoa idosa e elaboração de fluxograma	01
Participação em reuniões com membros e/ou servidores.	5
Orientações a Demanda espontânea	10

Ações relevantes:

- Participação no processo de eleição dos Conselheiros Tutelares no município de Teresina;
- Inspeções em escolas no município de Nazária: Resultou em abertura de ação civil pública;
- Colaboração nas audiências públicas com a rede de atendimento a pessoa idosa: Instalação de uma

Instituição de Longa Permanência e a elaboração e aprovação de um fluxograma de atendimento as denúncias do disque direitos humanos.

- **Auditoria em Saúde**

Municípios e instituições	Finalidade	Quantidade
PPI-PASSE FINAL	Análise de prestações de contas na área de saúde ou verificação de acúmulo ilegal de cargo público por profissionais da área de saúde	40
Bela Vista		
Unidade de Saúde de Aroazes		
UMS Inhazinha Nunes-Inhuma		
Maternidade Municipal de Piracuruca		
PSF de Paulistana		
Pesquisa CNES Regeneração		
CGU São João da Varjota		
Unidade Integrada de Saúde da Primavera		
Unidade Integrada de Saúde Dr. Ozeas Sampaio		
Unidade de Saúde da Família Adelino Matos		
Unidade de Saúde da Família do Renascença		
Unidade de Saúde Dr. Evaldo Carvalho		
Pesquisa CNES Município de Regeneração		
USF Antônio Ferreira Pacifico		
USF Boa Vista		
USF Buriti Só		
USF Chico Antônio		
USF Martinho Vieira Gomes		
USF São Nicolau		
SMS Alto Longá		
Hospital José Gomes Vieira IAPEP		
Pesquisa CNES São João do Piauí		
Pesquisa CNES Centro de Saúde Planalto Uruguai		
Pesquisa CNES município de Fronteiras		
Pesquisa CNES município de Bertolândia		

Pesquisa CNES município de
José de Freitas

Auditoria Batalha

Pesquisa CNES município de
Altos

Pesquisa CNES município de
Campo Maior

Hospital Estadual Domingos
Chaves-Canto do Buriti

Pesquisa CNES Hospital José
Gomes Vieira-Alto Longá

Pesquisa CNES UMS Jandira
Nunes Martins-Santa Cruz

Secretaria de Saúde e Sanea-
mento Básico de Corrente

Farmácia de Dispensação de
Medicamentos Excepcionais(-
SESAPI)

APAE Parnaíba

- **Contabilidade**

Ações	Finalidade	Quantidade
Irregularidades na administração Municipal de Milton Brandão no exercício de 2008		
Planilha de Custos referente a locação de mão-de-obra		
Atualização multa diária MDER		
Prestação de Contas FEAPAE	Análise de demonstrativos e	12
Secretaria de Saúde e Saneamento Básico de Corrente	balanços financeiros das instituições	
Lagoa Alegre		
Fundação Municipal de Saúde		
Instituto Civitas		
APAE PIRIPIRI		

- **Medicina**

Atividades	Quantidade
Avaliação de atestados médicos, odontológicos, psicológicos, de comparecimento e licenças maternidades	200
Consultas médicas	196
Exames admissionais	19
Visitas domiciliares - perícias médicas	98
Visitas institucionais	18

Pareceres técnicos em medicina	32
Assessoria técnica em medicina através de consultas telefônicas, por e-mail, GoogleTalk.	98
Solicitação de junta médica	2
Audiências referentes a visitas domiciliares para perícias médicas	7
Elaboração de material técnico(capítulos, fichas de avaliação) para promotorias e centros de apoio	6
Participação como representante do Ministério Público Estadual em reuniões de outros órgãos	6

Ações relevantes:

- Participação no processo seletivo dos pré-candidatos a conselheiros tutelares de Teresina;
- Palestra; “O papel do Ministério Público nos direitos das pessoas com transtornos mentais” Ministrada no Seminário: “Direito à inclusão, lutar por ele até quando?”, organizado pela entidade Âncora, com o apoio do Departamento de Serviço Social (DSS/UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI.
- Participação no curso de Formação dos Promotores Substitutos.
- Capacitação dos Conselheiros Tutelares do interior e da capital através da ação institucional Caravana do MP-PI.
- Participação nos comitês: Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, Avaliação de Desempenho e Semana do Servidor.
- Inspeções:
- Todas as escolas da rede municipal de ensino de Nazária.
- Instituições de aplicação de medidas socioeducativas: CEM- Centro Educacional Masculino, CEF – Centro Educacional Feminino e CEIP – Centro Educacional de Internação Provisória.
- Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes: Casa D. Barreto, Casa de Punaré, Casa Savina Petrilli, Lar da Criança, Abrigo Feminino e Abrigo Masculino.
- Vistas institucionais: Penitenciária Irmão Guido e Penitenciária Feminina



Equipe da Coordenadoria de Perícias durante vistoria em unidade de saúde de Teresina.

ATIVIDADES DE SUPORTE À ADMINISTRAÇÃO

Obras e Serviços de Engenharia (construção e reforma de sedes)

Projetos de Construção e Projetos de Reforma

CONSTRUÇÃO DE NOVAS SEDES			
	Projetos	Licitação	Execução
Parnaíba/PI	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	INTERROMPIDA *
Oeiras/PI	CONCLUÍDO	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADA
Piripiri/PI	CONCLUÍDO	NÃO INICIADA	NÃO INICIADA
Corrente/PI	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	EM ANDAMENTO
União/PI	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO

* Diante da doação de um novo imóvel ao MPPI no município, por meio da Lei nº 2.716, de 31 de dezembro de 2012, mais adequado para a instalação das 09 Promotorias de Justiça da cidade, a administração optou por executar um projeto. O terreno que será utilizado para a nova sede possui 5.500m², enquanto o anterior contava com 678,36m².



O trabalho da Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos durante o ano de 2014 foi decisivo para a construção da primeira sede própria do Ministério Público no interior, no município de União. O prédio foi inaugurado pela Procuradora-Geral no início deste ano. Todos os projetos ficaram sob a responsabilidade dos engenheiros e arquitetos que compõem o quadro da instituição.

PROJETOS DE REFORMA E MELHORIAS

Análise da estrutura elétrica do prédio sede da PGJ, resultando em economia por meio da tarifação de energia adequada.

Projeto e posterior Registro de Preços para manutenção predial dos edifícios do MP/PI em Teresina.

Projeto de banheiro acessível no térreo e 3º pavimentos do prédio sede da PGJ

Projeto de Combate ao incêndio das sedes do MPPI em Teresina

Projeto e execução de reforma da sede locada pelo Ministério Público em Oeiras/PI

Projeto de reforma da sede do Ministério Público em Barras/PI

Ambientação dos espaços internos dos prédios do Ministério Público em Teresina para recepção dos novos servidores

Projeto e instalação de transformador para regularizar fornecimento de energia elétrica na sede das Procuradorias de Justiça

Reforma no prédio que passou a sediar o CEAF em Teresina

Reformas no edifício sede dos Centros de Apoio Operacional para otimizar a divisão dos espaços e sanar patologia estrutural

Projeto para correção de patologias estruturais no edifício sede da PGJ

A Coordenadoria também foi responsável pela realização de acordos de Cooperação Técnica para cessão de servidores nos seguintes municípios: Demerval Lobão, Esperantina, Picos, Itaueira, Valença, Canto do Buriti, Piripiri, Pimenteiras, Jerumenha, Fronteiras, Simões, Gilbués, São Félix, Altos, Avelino Lopes, Inhumas, Itainópolis, Batalha, Coronel José Dias, Pedro II, Elesbão Veloso, Piracuruca, Barras, Teresina. Ademais, também celebrou acordo com o Governo do Estado do Piauí, Prefeitura Municipal de Teresina, Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e Ministério Público do Estado do Tocantins.



Órgão público responsável
Procuradoria-Geral de Justiça
- Contato: (86) 3226 4581/(86) 3226 4605 -

Data de início
28 de abril de 2014

Prazo de conclusão
240 dias (término em 23 de dezembro de 2014)

Construtora
C. Menezes Engenharia LTDA
- Contato: (88) 3640 1121
- Site: www.cmenezes.com.br

Contrato: 05/2014

Preço global
R\$ 691.790,23

*Construção da sede das
Promotorias de Justiça de Oeiras*

Também já estão em andamento as obras da sede própria de Oeiras, além de várias outras, sendo que todos os projetos iniciais foram elaborados pela Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos ainda em 2013.

Acordos Diversos

Celebração de Acordo de Cooperação Técnica 17ª SRPRF - “lavratura de TCO pela PRF”

Celebração de Acordo de Cooperação Técnica 17ª SRPRF - “organizações Criminosas”

Acordo de Cooperação Técnica entre MDS e Ministérios Públicos Estaduais

Acordo de Cooperação Técnica entre MP/PI e Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Acordo de Cooperação Técnica entre MP/PI e Tribunal de Contas do Estado do Piauí

Questionamento referente à especificação de item de edital de Pregão nº32/2011

Convênio MPPI e Secretaria de Administração do Estado para carona em registro de preços

Concessão de Patrocínio ao Evento “Campanha do MP/PI sobre acessibilidade”

Captação de Recursos no enfrentamento às drogas- Secretaria de Assistência Social e Cidadania

Celebração de Novo Convênio de Cooperação Técnica-Ministério da educação (FNDE)

Convênio - CREA/PI

Termo de Convênio de Estágio Obrigatório- Associação Piripireense de Ensino Superior e Chistus Faculdade Piauí

Celebração de Convênio de Concessão de estágio com instituições de ensino superior

Convênio de Cooperação de Estágio-Faculdade Piauiense- FAP

Termo aditivo de Convênio de Cooperação Técnica e administrativa- TJ/ PE

Convênio - Projeto paternidade reconhecida

Convênio entre a APMP e a Procuradoria Geral de Justiça visando proporcionar aos promotores de justiça plantonistas e em trânsito na cidade de Picos cômodos para descanso e pernoite

Elaboração de Projetos de Acessibilidade

Termo de Cooperação técnica para levantamento da situação dos presos provisórios do estado

Convênio entre DETRAN- PI, Polícia Militar, Ministério Público do estado do Piauí e Município de Fronteiras.

Acordo de Cooperação Técnica para cessão de servidor do Município de Canto do Buriti/PI

DETRAN Acessibilidade de deficientes auditivos para aquisição de CNH

Acordo de Cooperação Técnica para financiamento habitacional com a caixa econômica federal

Renovação de contrato de empréstimo consignado- Banco do Brasil

Solicitação de convênio para crédito consignado

Convênio de Cooperação Técnica entre PROCON/MP-PI e OAB

Convênio MPPI e CEF para Instalação de Posto de Atendimento

Termo de Cooperação entre ADAPI e MP-PI

Acordo de Cooperação Técnica entre MPPI e MP Mato Grosso- Cessão SIMP

Convênio Câmara dos Dirigentes Lojistas de Teresina

Convênio entre o MP-PI e Polícia Civil

Convênio entre MPPI e TCE

Convênio entre MPPI e Banco Alfa

Convênio entre MPPI e Prefeitura de Teresina- Fixação de Normas e Critérios para efetivação do combate de Crimes Contra Ordem Tributária

Convênio MP-PI e ENAP

Convênio MP-PI e prefeitura de Luís Correia para cessão de estagiários

Convênio entre MPPI e CEF- CERTIFICADOS DIGITAIS

Convênio entre MPPI e Conselho regional de Medicina Veterinária

Convênio para cessão de Sistema de informações Eleitorais- SIEL/TER-PI

Convênio entre MP-PI e PF para assessoria e apoio técnico recíproco

Os convênios firmados por no ano de 2013 atualmente são 43, tramitam também diversos que estão em processo de análise da viabilidade para posterior celebração.

Coordenadoria de Recursos Humanos

Coordenadora: Adriana Ximenes Rodrigues

A Coordenadoria de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí é responsável pela supervisão, coordenação, execução e pesquisa de matérias relacionadas com a gestão de Recursos Humanos; pelo empreendimento de ações que propiciem o desenvolvimento profissional dos membros e servidores do MP-PI, colaborando, quando for o caso, com outras unidades que desenvolvam ações de aprimoramento técnico e cultural de membros e servidores; identificação das necessidades das unidades, otimizando o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis; coordenação, supervisão e controle da guarda dos documentos inerentes à gestão de pessoal do MP-PI, para efeitos de pagamento e histórico profissional, além da elaboração de relatório sobre membros e servidores em iminente situação de aposentadoria compulsória.

A Divisão de Pessoal tem como atribuições, dentre outras atividades, a coordenação, organização e atualização do cadastro qualitativo e quantitativo dos membros e servidores, ativos e inativos, do MP-PI e pensionistas; manutenção do registro atualizado da lotação nominativa dos servidores; emissão de declarações, certidões e prestação de informações sobre os dados funcionais, vantagens instituídas por lei ou concedidas judicialmente, aos membros e servidores, quando requerido pela parte interessada; averbação e expedição de certidões de tempo de serviço; elaboração de minutas de portarias e de apostilas; coordenação das atividades de avaliação de desempenho, promoção e progressão funcional dos servidores do MP-PI; apoiar o CEAF no Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento, previsto no art. 16, da Lei Estadual nº 6.237, de 05 de julho de 2012; controle do registro de férias, licenças e afastamentos dos membros e servidores; elaboração e publicação da escala de férias dos membro/servidores; envio de informações sobre concurso público, admissão e desligamento de membros/servidor da Instituição ao Tribunal de Contas, via RHWeb; prestação de informações ao Portal da Transparência e planejamento de eventos que se destinem ao aprimoramento técnico e cultural dos servidores, realizando o intercâmbio com outras Instituições.

A Assessoria para Pagamento de Pessoal, parte integrante da Coordenação, é responsável pela elaboração das folhas dos servidores ativos e inativos do MP-PI. Constam atualmente na folha de inativos 71(sessenta e um) aposentados, sendo 66 (sessenta e seis) membros e 05 (cinco) servidores.

A Coordenação de Recursos Humanos obteve avanços significativos em nível estrutural e de pessoal, o que foi de fundamental importância para o cumprimento das metas estabelecidas nos últimos três anos. Vale ressaltar a importância do aumento do número de pessoal desta Procuradoria-Geral de Justiça, que otimizou o serviço prestado à população e administração interna desse órgão.

Segue abaixo o quadro atual de servidores efetivos do Ministério Público com base na Lei nº 6.237 de 05 de julho de 2012:

CARGO	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
ANALISTA MINISTERIAL	69	00	69
TÉCNICO MINISTERIAL	124	69	193
AUXILIAR MINISTERIAL	05	01	06

TOTAL

198

70

268

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA
ATOS DE APOSENTADORIA – PERÍODO 01/01/2013 A 31/12/2013**

Membros	Cargo	ATO PGJ nº	Data
Elsimar Marcelo de Carvalho (Voluntária)	Promotor de Justiça	363/2013	01/04/2013
Maria Marinete Gomes Bezerra	Promotora de Justiça	377/2013	19/04/2012
Walter Henrique Siqueira Sousa	Promotor de Justiça	380/2013	06/05/2013
Maria Carmen Cavalcanti de Almeida	Promotora de Justiça	438/2013	09/08/2013

NOMEAÇÃO E POSSE DE PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS

O Edital nº 01 - MPE-PI do Concurso Público para provimento de 15 (vagas) e formação de cadastro de reserva em cargo de Promotor de Justiça substituto foi publicado em 25 de abril de 2012, realizado pela Comissão do Concurso conjuntamente com o Centro de Seleção e de Promoção de eventos da Universidade de Brasília (CESPE-UNB).

O resultado final do concurso foi publicado através do edital CSMP nº28/2013 em 17 de maio de 2013. No dia 01 de agosto de 2013 a Procuradora-Geral empossou no cargo de Promotor de Justiça substituto 16(dezesseis) candidatos. Todos os promotores empossados tiveram 15(dias) de efetiva capacitação, objetivando assegurar um atendimento de qualidade à população, priorizando a efetivação de melhorias na estrutura das Promotorias e dotando a instituição com profissionais habilitados.

SERVIDORES

O último concurso para servidores foi executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB) através do Edital nº. 01/2011 publicado no Diário de Justiça no dia sete de outubro de 2011 e a homologação se deu no dia vinte e seis de abril de 2012.

Em 2013 foram empossados 30 (trinta) servidores efetivos: 06(seis) para o cargo de analista ministerial e 24(vinte e quatro) para o cargo de técnico ministerial. Dos 24(vinte e quatro) técnicos 08(oito) foram para reposição de vagas em virtude de pedido de exoneração ou vacância. Todos os analistas empossados foram para reposição de vagas já existentes.



Procuradora-Geral de Justiça deu posse a dezesses Promotores de Justiça Substitutos em agosto de 2013.

CARGO	EMPOSSADOS	
	2012	2013
Analista Ministerial	35	06
Técnico Ministerial	57	24
Total	92	30

ESTAGIÁRIOS

Os estagiários do MP-PI estão regulamentados de acordo com a lei Federal nº 11.788/2008; RES. CNMP nº42/2009; e o Ato PGJ nº 137/2010.

No ano de 2013 foram nomeados as seguintes quantidades de estagiários:

TERESINA	INTERIOR	
102 - direito	35 - direito	
15 - administração		
01 - arquitetura		
10 - contábeis		
02 - psicologia		
02 - informática		
Total: 132	Total: 35	Total de nomeações: 167

Em 31 de dezembro de 2013 o Ministério Público contava com 111 estagiários divididos da seguinte forma:

- 39 estagiários para o interior (todos na área do direito);

- 72 estagiários em Teresina-PI (sendo 61 direito; 06 administração; 01 comunicação social; 01 contabilidade; 01 psicologia; 01 serviço social; 01 tecnologia da informação).

Quadro de Estagiários em 31/12/2012 e 31/12/2013

Áreas	Teresina		Interior	
	2012	2013	2012	2013
Direito	51	61	33	39
Administração	1	6		
Ciências Contábeis	2	1		
Engenharia Civil	1	0		
Jornalismo	1	1		
Psicologia	1	1		
Serviço Social	1	1		
Informática	2	1		
Biblioteconomia	1	0		
Total	61	72	33	39

Todos os estagiários do MP-PI recebem uma bolsa de estudo de 1 (um) salário mínimo (R\$780,00) e auxílio transporte de R\$ 77,00 (setenta e sete). Todos os estagiários ficam segurados contra acidentes pessoais. O controle e o acompanhamento dos estagiários são realizados pela Seção de Estágio vinculada à Divisão de Pessoal desta Coordenadoria de Recursos Humanos.

CONTROLE DE PONTO

Em outubro de 2013 foi desenvolvido pela Coordenação de Tecnologia de Informação o sistema informatizado do controle de frequência. Através deste sistema cada servidor e chefias imediatas podem acompanhar diariamente todas as entradas e saídas, os saldos positivos ou negativos ao longo no mês, bem como fazer as devidas autorizações de utilização dos saldos. O sistema ainda está sendo aprimorado as rotinas do RH e ao ato PGJ Nº 263/2012, que versa sobre controle de frequência, a prestação de serviço extraordinário e o banco de horas dos servidores do Ministério Público do Estado do Piauí. O relatório da frequência pode ser consultado no portal do servidor pelos servidores e no módulo ponto eletrônico no sistema e-cidade.

Atualmente somente estão submetidos ao controle do ponto biométrico os servidores do Prédio sede, Anexo e Corregedoria Geral, mas está em andamento o processo para aquisição de 04(quatro) equipamentos biométricos para implantação nos prédios da Capital com mais de 10(dez) servidores que ainda não possui o aparelho.

MÓDULO RH DO E-CIDADE

Em 2013 foram digitados no sistema e-cidade os prontuários de todos os servidores efetivos. Quanto aos membros, a meta é que a implantação esteja 100% concluída até dezembro de 2014. Com a informatização dos prontuários os dados estarão disponíveis de forma mais célere, podendo ser gerado relatórios gerenciais, certidões e declarações que muito contribuirão para as decisões administrativas desta Procuradoria de Justiça. Cada servidor ou membro poderá acompanhar todo o histórico de movi-

mentações relativo à sua vida funcional, como férias, designações para comporem comissões ou substituições, progressões dentre outras.

CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES DO MP-PI

As mudanças decorrentes dos novos paradigmas do mundo do trabalho obrigaram o setor público a promover qualificação, capacitação e aperfeiçoamento de seus funcionários, objetivando a formação de quadros profissionais para servir com mais qualidade aos setores da sociedade. Para que uma instituição se torne competitiva, é primordial a criação de um ambiente desafiador e estimulante, em que colaboradores se sintam responsáveis pelos resultados que a organização possa atingir.

O Cronograma Anual de Capacitação 2013 foi elaborado por uma comissão designada pela Procuradora-Geral de Justiça. Entretanto, o projeto foi modificado no segundo semestre com a criação do CEAF, órgão que passou a ser responsável pela capacitação dos membros e servidores.

Segue abaixo os cursos de capacitação realizados pelo MP-PI no primeiro semestre:

Curso	Instituição Realizadora
Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	TCE-PI
Curso SICONV	Instituto Certame
Curso da Responsabilidade Fiscal (Aspectos Gerais)	TCE-PI

PAGAMENTOS 13º SALÁRIO, FÉRIAS, PAE (PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA), AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

- Em 2013 o 13º salário dos Procuradores, Promotores e servidores ativos foram pagos em duas parcelas, nos meses de maio e outubro.
- Os pagamentos dos abonos constitucionais de férias foram pagos aos membros e servidores nos meses de fevereiro e junho, conforme despacho da Procuradora-Geral. Já para os servidores a determinação foi que os que tinham o gozo de férias previsto na escala para o primeiro semestre (janeiro- junho) receberiam o abono na folha de fevereiro e os demais receberiam na folha de junho.
- Implementação na folha de maio/2013 do aumento de subsídio dos membros ativos e inativos. Cálculo e pagamento na folha complementar do aumento do subsídio retroativo à janeiro/2013.
- Pagamento aos membros ativos da diferença decorrente de Parcela Autônoma de Equivalência de forma parcelada, de acordo com cronograma fixado.
- Pagamento aos servidores efetivos da diferença do adicional de qualificação retroativo aos meses de março, abril e maio/ pagos em junho/ e dezembro de 2013.
- Pagamento de diferença do auxílio-alimentação retroativo aos meses de julho, agosto e setembro de 2012, conforme alteração do ATO PGJ N°.452/2013.
- Pagamento do 13º sobre proventos aos membros e servidores inativos na data de aniversário.

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Coordenadora: Anne Carolinne Galdino

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, orientação e acompanhamento das atividades relacionadas com a área de Tecnologia da Informação, dentre as quais estão: a manutenção de todo o parque de equipamentos de informática, elaboração e desenvolvimento de projetos de TI tal como desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas, monitoramento de todos os links de dados que interligam praticamente todas as unidades do Ministério Público do Estado do Piauí, manutenção da infraestrutura de rede de dados, administração e gestão dos dados provenientes dos sistemas. Frisa-se que todos os projetos e atividades realizadas pela T.I estão alinhadas com o Planejamento Estratégico da Instituição.



Membros da equipe de TI traçaram metas e estratégias para a coordenadoria no início de 2013.

Demandas atendidas pela Coordenadoria de TI

- Modificação do Site Institucional do MP-PI;
- Implantação e gestão do sistema SIMBA (Sistema de Investigação de Movimentação Bancária) na unidade GAECO;
- Desenvolvimento e implantação do sistema de distribuição de processos de 1º grau nas cidade de

Teresina, Floriano, Oeiras, Picos, Campo Maior, Parnaíba, Piripiri;

- Modificação do sistema de distribuição de processos de 2º grau para que a distribuição dos processos fossem equitativas por câmeras;
- Migração dos e-mails da Plataforma Google para os servidores do MP-PI com a implantação do gerenciador de e-mail ZIMBRA;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Banco de Horas;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Estágio Probatório do Membros;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Plantão dos Membros;



Servidores da equipe da Coordenadoria de Tecnologia da Informação participaram da III Mostra de Tecnologia promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em junho de 2013. Na ocasião, a equipe apresentou o sistema desenvolvido para acompanhamento dos plantões dos membros.

- Aquisição de 55 Computadores All-in-one e 45 impressoras multifuncionais;
- Implantação da Rede MPLS, que interliga todas as unidades do Ministério Público do Piauí e disponibiliza acesso à Internet. Cidades atendidas:

1. Água Branca
2. Alto Longá
3. Altos
4. Amarante
5. Angical
6. Anísio de Abreu
7. Antonio Almeida
8. Aroazes
9. Arraial
10. Avelino Lopes
11. Barras
12. Barro Duro
13. Batalha

14. Beneditinos
15. Bertolinia
16. Bocaina
17. Bom Jesus
18. Buriti dos Lopes
19. Campinas do Piauí
20. Campo Maior
21. Capitão de Campos
22. Caracol
23. Castelo do Piauí
24. Cocal
25. Conceição do Canindé
26. Corrente
27. Cristalândia
28. Cristino Castro
29. Curimatá
30. Demerval Lobão
31. Elesbão Veloso
32. Eliseu Martins
33. Esperantina
34. Floriano
35. Francinópolis
36. Francisco Santos
37. Fronteiras
38. Guadalupe
39. Inhuma
40. Ipiranga
41. Isaías Coelho
42. Itainópolis
43. Itaueira
44. Jaicós
45. Jerumenha
46. Joaquim Pires
47. Landri Sales
48. Luis Correia
49. Luzilândia
50. Manoel Emídio
51. Marcolândia
52. Marcos Parente
53. Matias Olímpio
54. Miguel Alves
55. Monsenhor Gil
56. Monte Alegre
57. Nazaré
58. Nossa Senhora dos Remédios
59. Oeiras

60. Padre Marcos
61. Palmeirais
62. Parnaíba
63. Paulistana
64. Pedro II
65. Picos
66. Pimenteiras
67. Pio IX
68. Piracuruca
69. Piripiri
70. Porto
71. Regeneração
72. Ribeiro Gonçalves
73. Santa Cruz do Piauí
74. São Felix
75. São Gonçalo
76. São João do Piauí
77. São Miguel do Tapuio
78. São Pedro do Piauí
79. São Raimundo Nonato
80. Simões
81. Simplício Mendes
82. Teresina
83. União
84. Uruçuí
85. Valença
86. Varzea Grande

Coordenadoria de Licitações e Contratos

Coordenador: Afrânio de Oliveira Silva

Entende-se por licitação o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. A licitação também objetiva garantir o cumprimento do princípio da isonomia, expresso na Constituição Federal Brasileira como a atuação do poder público de forma igualitária e sem distinção de pessoas, de forma objetiva e justa. Visa, ainda, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, dando a todos os interessados em contratar com o poder público, oportunidade igual e possibilitando que o maior número de concorrentes participem do certame (licitação). A licitação, portanto, tem por objetivo permitir que a Administração Pública contrate aqueles que reúnem as condições necessárias para o atendimento do interesse público, considerando aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, à qualidade do produto e ao valor do objeto, selecionando, portanto, a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública. Em síntese a Coordenadoria de Licitações e Contratos é uma unidade administrativa de importância capital para o órgão, porque através dela cumprimos uma das etapas de realização

da despesa pública que é, sem dúvida, o meio lícito de contratar com o particular, respeitando a isonomia e selecionando a proposta mais vantajosa. Através da Coordenadoria de Licitações podemos dar licitude e transparência para o gasto público, portanto, é uma unidade administrativa na qual toda a despesa pública se transpõe e se contrata com as propostas mais vantajosas.

A Coordenadoria é responsável pelo planejamento, orientação e acompanhamento das atividades relacionadas com todas as licitações de compras de bens, serviços e alienações, observando a legislação vigente e as determinações existentes; coordenação das atividades desenvolvidas pelas assessorias e divisões que lhe são subordinadas; elaboração das rotinas de trabalho que visem ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento das atividades relacionadas às licitações, contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí; produção de informações que sirvam de base à tomada de decisão, nos processos de fornecimento de bens e serviços ao Ministério Público; apresentação das informações pertinentes a sua área de atuação à Controladoria Interna do Ministério Público do Piauí, Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle externo, nas formas previstas em legislação e determinações existentes; solicitação ao Procurador-Geral de Justiça, por meio do Assessor para Assuntos Administrativos, da nomeação dos membros da Comissão de Licitação, conforme exigência legal; desenvolvimento de outras atividades relacionadas à área de licitações e convênios, a critério da chefia imediata ou institucional e manutenção de um controle próprio da estimativa dos valores a serem contratados e dos valores efetivamente já contratados em cada ano, a fim de se optar pela modalidade licitatória correta e evitar fracionamento de despesas.

A Coordenadoria de Licitações e Contratos é uma unidade de execução, ou seja, age no atendimento de demandas das outras coordenadorias. Dessa forma, em 2013 muitas demandas do MP-PI foram atendidas, conforme quadros demonstrativos abaixo.

Informações	
DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Ofícios Expedidos	114
Memorandos expedidos	1.383
Pareceres em Procedimentos Administrativos	299
Editais de Licitação	53

Tipos de Licitação realizados em 2013				
Tipo de Licitação	Realizados	Finalizados	Cancelados/ revogados	Em andamento
Pregão	48*	25	08	15
Convite	01	00	00	00
Tomada de Preço	0	00	00	00
Concorrência	03	02	01	00
Leilão	01	00	00	00

	Quantidade
Licitação Revogada	04
Licitação Anulada	00
Licitação Deserta	00
Licitação fracassada	04

Discriminação	Quantidade	Continuados	Transitórios
Contrato de Aluguel de Imóveis	14	14	-
Contrato de Serviço de Pessoa Física	01	-	01
Contrato de Serviço de Pessoa Jurídica	46	32	14
Ordens de] fornecimento	94	-	94
Total	155	46	109

Modalidade	Quantidade	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (Valor Absoluto - R\$) (C)	Economia (Valor Relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão	25	R\$ 4.726.624,61	R\$ 4.203.788,29	R\$ 522.836,32	11%
Convite	-	-	-	-	-
Tomada de Preço	-	-	-	-	-
Concorrência	2	R\$ 436.446,06	R\$ 431.682,00	R\$ 4.764,06	2%
Leilão	-	-	-	-	-
Total	27	R\$ 5.163.070,67	R\$ 4.635.470,29	R\$ 527.600,38	13%

Coordenadoria de Comunicação Social

Coordenadora: Ranielle Leal Moura

A Coordenadoria de Comunicação Social é responsável pela manutenção de um bom relacionamento entre o Ministério Público do Estado do Piauí e os seus principais públicos: sociedade, imprensa, membros da instituição, servidores, fornecedores e órgãos parceiros. Para cumprir essa missão, a equipe se utiliza de várias ferramentas da comunicação corporativa, sobretudo com a abertura de espaços junto à mídia local e a promoção de eventos institucionais que possibilitem a integração entre vários segmentos sociais. Entre as atividades cotidianas, destacam-se a produção de matérias (para publicação no sítio eletrônico do MP/PI e para distribuição aos jornalistas), o agendamento de entrevistas, a seleção das matérias que mencionam a instituição ou que são do interesse de seus membros e servidores (clipping de notícias), o planejamento operacional de eventos e a elaboração de projetos para campanhas e atividades de capacitação, dentre outras.

Em 2013, a coordenadoria participou ativamente da organização de todos os eventos idealizados pela Procuradoria-Geral de Justiça e pelos demais órgãos do MP/PI, responsabilizando-se pela logística (preparação dos espaços, divulgação, emissão de convites, confirmação de presenças, emissão de passa-

gens aéreas, traslado de palestrantes convidados, elaboração do roteiro de cerimônia, fornecimento de *buffet*, controle de público, dentre vários outros itens).

A Coordenadoria de Comunicação Social também contribuiu com a execução de todas as campanhas institucionais, com a criação de peças gráficas, vídeos e spots. Destacam-se as publicações educativas, inteiramente criadas pela equipe da unidade administrativa. Ressalte-se ainda que a coordenadoria também planeja, por sua iniciativa, eventos de integração institucional, que se prestam à valorização do corpo funcional e a manutenção de um bom ambiente de trabalho. Por isso, são promovidos eventos alusivos ao Dia das Mães, ao Dia dos Pais, ao Dia do Servidor e às confraternizações de fim de ano. Todas essas atividades têm um viés educativo, enfatizando a necessidade da promoção da qualidade de vida. Também promovemos, anualmente, a campanha beneficente “Amar também é agir”, que oferece aos membros e servidores a oportunidade de doar alimentos, roupas e brinquedos para organizações que ajudam crianças e idosos em situação de risco social.

ASSESORIA DE IMPRENSA	
Matérias publicadas no sítio do MP/PI	1032 (média de 2,8 matérias por dia)
Total de visualizações das matérias publicadas no site	137.256
Entrevistas agendadas e concedidas	637
Matérias publicadas nos meios de comunicação piauienses (jornais e portais) sobre a atuação do MP/PI	2583*
Porcentagem de matérias positivas publicadas na imprensa	81%
Publicações jornalísticas produzidas	2

*O número de matérias publicadas na imprensa é maior que o de publicações no site porque vários veículos replicam as notícias distribuídas pela Assessoria de Imprensa.



4. ATUAÇÃO FINALÍSTICA

Centros de Apoio Operacional

A Lei Complementar Estadual nº12/93, em seu Art.55, dispôs sobre as competências dos Centros de Apoio Operacional ligados ao Ministério Público do Piauí.

“Art. 55 - Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes:

I - estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns;

II - remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculatório, aos órgãos ligados à sua atividade;

III - estabelecer intercâmbio permanente com órgãos públicos ou privados, entidades que atuem em áreas afins, para prestarem atendimento e orientação, bem como para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

IV - remeter anualmente na primeira quinzena de janeiro, ao Procurador Geral de Justiça, relatório das atividades do Ministério Público relativo às suas áreas de atribuições;

V - acompanhar as políticas nacional e estadual afetas às suas áreas;

VI - prestar auxílio aos órgãos do Ministério Público na instrução do inquérito civil ou na preparação e proposição de medidas processuais;

VII - zelar pelo cumprimento das obrigações do Ministério Público, decorrentes de convênios firmados;

VIII - receber representações e expedientes dessa natureza, encaminhando para os respectivos órgãos de execução;

IX - apresentar ao Procurador Geral de Justiça proposta e sugestões para:

a) elaboração de política institucional e dos programas específicos;

b) realização de convênios;

c) alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas;

d) edição de atos e instruções, sem caráter normativo, tendentes a melhoria do serviço do Ministério Público;

X - exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgãos de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes regidos. “

Em novembro de 2013, foi publicado o ATO PGJ nº 454/2013, ampliando o rol de atribuições do mesmo, com vista a uma melhor eficiência de sua atuação, como se depreende do artigo 2º do instrumento normativo:

“Art. 2º. Compete aos Centros de Apoio Operacional, como atribuição genérica, dentro da respectiva área de atuação:

- I – promover a articulação, integração e intercâmbio entre os órgãos de execução, inclusive para efeito de atuação conjunta ou simultânea, quando cabível;
- II- gerir o cumprimento das metas anuais, desencadear ações integradas e interdisciplinares, no escopo de auxiliar os órgãos de execução e prevenir a fragmentação da atuação;
- III – formular e coordenar políticas setoriais, fomentando e monitorando convênios, projetos e programas, obtendo rol de prioridades para atuação funcional;
- IV – apresentar ao Procuradora-Geral de Justiça sugestões visando a estabelecer política institucional para a atuação dos órgãos de execução correspondentes às respectivas áreas de atuação, inclusive no que concerne à estrutura e programas específicos;
- V- acompanhar as políticas nacional e estadual referentes à sua área da atuação, realizando estudos e oferecendo sugestões às entidades públicas e privadas com atribuições no setor;
- VI – manter permanente contato com o Poder Legislativo, compreendendo o acompanhamento do trabalho das comissões técnicas encarregadas do exame de projetos de lei referentes à matéria correspondente e sugerir ao Procurador- Geral de Justiça alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito;
- VII - estabelecer o intercâmbio permanente com entidades públicas ou privadas que, direta ou indiretamente, dediquem-se ao estudo ou à proteção dos bens, valores ou interesses relacionados com a sua área de atuação;
- VIII- sugerir a realização de convênios e zelar pelo cumprimento das obrigações deles decorrentes;
- IX- representar o Ministério Público, quando cabível e por delegação do Procurador – Geral de Justiça, junto aos órgãos que atuam na respectiva área;
- X- apresentar anualmente ao Procurador- Geral de Justiça até o último dia do mês de setembro, sugestões para a elaboração do Plano Geral de Atuação do Ministério Público para o ano posterior, por meio de formulários próprios fornecidos pela Assessoria de Planejamento e Gestão;
- XI – prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público, por sua solicitação, na instrução de procedimentos na área respectiva;
- XII – requisitar laudos, certidões, exames e quaisquer documentos diretamente aos órgãos públicos e privados, para subsidiar a atuação dos órgãos de execução que apoia;
- XIII – receber representações e expedientes e encaminhá-los aos órgãos de execução para a adoção das medidas adequadas;
- XIV – solicitar informações aos órgãos de execução sobre assuntos de sua atuação, podendo comunicar ao Procurador – Geral de Justiça, em caso de inércia ou excesso de prazo injustificado;
- XV- fazer intercâmbio e colaborar com órgãos policiais, civis, federais ou militares e com os de polícia administrativa, nos procedimentos de sua atribuição;
- XVI – remeter informações técnico – jurídicas aos órgãos de execução;
- XVII – organizar e manter atualizado banco de dados, fazendo nele inserir a legislação básica atinente à respectiva área de atuação; acervo de doutrina, jurisprudência e peças processuais, bem como o ordenadamente, o repertório dos estudos, pesquisas e documentos técnicos e informativos elaborados pelo Centro de Apoio;
- XVIII – catalogar, em meio digital, decisões liminares, sentenças e acórdãos proferidos nas ações judiciais respectivas;
- XIX – responder pela implementação dos planos e programas de sua área, em conformidade com as diretrizes fixadas;
- XX – desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho;
- XXI – coordenar a realização de cursos, palestras e outros eventos, visando à efetiva capacitação dos órgãos de execução;

- XXII – sugerir ao Procuradora-Geral de Justiça a formação de Grupos de Promotores e/ou Procuradores de Justiça para efeito de atuação conjunta e simultânea;
- XXIII – apresentar ao Procuradora-Geral de Justiça e ao Corregedor – Geral do Ministério Público relatório anual das atividades do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público na sua área de atuação;
- XXIV – elaborar e estimular, conjuntamente com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, com as Procuradorias e com as Promotorias de Justiça, o estudo de teses jurídicas que, preconizando a solução de questões relevantes, compreendidas no campo de atuação do respectivo Centro de Apoio, possam contribuir para o implemento eficaz das ações e políticas institucionais;
- XXV- informar aos órgãos de execução do Ministério público acerca de inovações que venham a ocorrer no cenário jurídico, assim como sobre a ocorrência de eventos científicos ou fatos relevantes cujo conhecimento possa ser utilizado para fins de aperfeiçoamento das atividades ministeriais nas áreas de abrangência dos respectivos Centros de Apoio;
- XXVI- sistematizar, incentivar e divulgar as ações de responsabilidade social relevantes.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

Coordenadora: Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania e Saúde (CAODCS) foi criado em 14 de fevereiro de 2005, através do ATO PGJ nº 005/2005, objetivando auxiliar a atividade funcional do Ministério Público na área de fiscalização das ações e serviços de saúde pública e do Sistema Único de Saúde, vinculado diretamente a Procuradoria-Geral de Justiça.

O Ato PGJ nº 454/2013 dispôs sobre a reestruturação dos Centros de Apoio renomeando o CAODCS como Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAODS). As atribuições do CAODS estão elencadas, genericamente, no art.55 da LC nº 12/93, no Ato PGJ nº 10/2010 e art. 2º do Ato PGJ nº454/2013.

Resultados alcançados em 2013

- O CAODS acompanhou as políticas nacional e estadual, mantendo atualizada a legislação sanitária na sua página eletrônica, catalogando-a, por assunto e ordem alfabética, como também disponibilizou os principais links de pesquisa afetas à área, relação nominal dos secretários de saúde piauienses e respectivos contatos além dos endereços atualizados dos serviços de saúde pública a fim de viabilizar rápida pesquisa pelos órgãos de execução.
- Estabeleceu intercâmbio permanente com entidades públicas (Ministério da Saúde, Tribunais de Contas do Estado e da União, etc) integrante do GNDH/CNPG. Também, manteve contato com entidades privadas ligadas a área da saúde que se dedicam ao estudo e/ou a proteção da garantia do direito à saúde a fim de que possam contribuir para a eficaz implementação das ações institucionais na área sanitária.
- Exitosa parceria e integração do CAODS com os demais órgãos integrantes da Rede de Controle do Piauí que resultou no apoio técnico a diversas ações desenvolvidas pelos Promotores de Justiça. A manutenção do Termo de Cooperação Técnica entre o MPPI e a Rede de Controle possibilitou a

troca de informações, o rápido acesso a banco de dados, trabalhos de fiscalização e auditorias desenvolvidos pelos órgãos integrantes contribuindo sobremaneira para a qualificação da atuação de todos e evitando a sobreposição de tarefas, além de terem sido mantidos os Termos de Cooperação Técnica com o CRM- Conselho Regional de Medicina e ADAPI -Agência de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí.

- O CAODS apresentou o Plano Setorial com sugestões para elaboração do Plano Geral de Atuação do Ministério Público para 2014, bem como participou da elaboração do Plano de Contingência do MPPI através de ações na área da saúde pública, as quais foram executadas através da Caravana do Ministério Público, durante o segundo semestre de 2013, fazendo-se presente em todas as cidades-sede, ministrando os minicursos aos conselheiros de saúde, inclusive, com distribuição do material doutrinário e legislativo.
- Por solicitação da Corregedoria de Justiça, a Coordenadora do CAODS ministrou palestra e disponibilizou material de apoio aos novéis Promotores de Justiça, por ocasião do Estágio de Adaptação.
- O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde elaborou e disponibilizou aos órgãos de execução, por meio físico e digital, o primeiro Manual de Atuação Funcional do Ministério Público do Piauí, com a temática do Controle Social no SUS, com o escopo de auxiliar os órgãos de execução, desencadear ações integradas e prevenir a atuação fragmentada.



A Promotora de Justiça Cláudia Seabra, coordenadora do CAODS, em reunião com os gestores da saúde no Piauí. Outubro de 2013.

- Prestação de auxílio aos órgãos de execução, através do envio de modelos de peças judiciais e extrajudiciais, da legislativa correlata, bem como, orientação e/ou esclarecimentos solicitados, inclusive, na instrução de procedimentos. Neste esteio, atendendo solicitação do CAODS, a Assessoria Médica do MPPI também emitiu 84 (oitenta e quatro) pareceres técnicos em medicina a fim de subsidiar a atuação dos órgãos de execução nesta área especializada.
- Recebeu representações, relatórios de inspeções sanitárias, de auditoria e de fiscalização, encaminhando-os às Promotorias de Justiça respectivas com o apoio operacional, quando cabível. Participou de audiência Pública na Câmara de Vereadores para discutir a ampliação da Rede de Saúde Mental no Município de Teresina.



Participação do Ministério Público do Piauí no I Encontro Estadual da Rede de Atenção Psicossocial. Dezembro de 2013.

- A atuação dos órgãos de execução do Parquet piauiense resultou no ajuizamento de 59 (cinquenta e nove) ações, na instauração de 169 (cento e sessenta e nove) IC/PIP/PA'S e em 369 (trezentos e sessenta e nove) atendimentos a promotores de justiça por via telefônica, por e-mail e pessoalmente. Além disso, foram realizadas 14 inspeções ao longo do ano em Hospitais, Maternidades e outros estabelecimentos ligados à área da saúde. Em relação aos atendimentos ao público, a equipe do CAODS deu andamento a 100% das representações apresentadas.
- Decorrente de TACs firmados com o Estado e o município de Teresina, em 2012, a Maternidade Dona Evangelina Rosa - MDER passou a receber apenas atendimentos em alta complexidade, fazendo o acolhimento com classificação de risco e finalizando o ano de 2013 com redução da mortalidade materna, conforme informação da apoiadora do Ministério da Saúde, no Piauí.
- As maternidades municipais aumentaram os números de partos, já que o Ministério Público firmou TAC para que fossem nomeados, no mínimo, 02 (dois) obstetras, por plantão. Também, implantaram o acolhimento com classificação de risco e o plano de vinculação das gestantes.
- O CAODS, representado por sua Coordenadora, também participou de eventos e ministrou palestras em seminários, fóruns e reuniões voltadas ao tema do Direito Sanitário e da Saúde Pública, como o I Congresso Estadual De Administração Gerencial da Saúde Pública e II Fórum de Saúde Mental, Família e Cidadania - Internação Compulsória - Visão do Ministério Público; consolidando a atuação do Ministério Público piauiense na garantia do direito constitucional à saúde.

Campanhas/Projetos

Tema	Período de realização
CONTROLE E PREVENÇÃO DA DENGUE	Lançada anualmente no primeiro semestre de 2013. De caráter permanente no CAODS.
MP PELA PAZ NO TRANSITO EM DEFESA DA VIDA	Lançada em setembro de 2011. De caráter permanente no MPPI.
CONTROLE SOCIAL NO SUS	Lançada em agosto de 2013. Em andamento.
PRESTAÇÃO DE CONTAS QUADRIMESTRAL PELOS GESTORES DA SAÚDE	Lançada em 13/9/2013.

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

Coordenadora: Luzijones Felipe de Carvalho Façanha

O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais–CAOCRIM, Órgão Auxiliar do Ministério Público Estadual, previsto no art. 33 da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e no art. 55 da Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí, Lei Complementar nº. 12, de 18 de dezembro de 1993, foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, pelo Ato nº. 071/08, de 18.08. 2008, considerando, basicamente, a necessidade de apoio às Promotorias e Procuradorias Criminais, com vistas à uniformização e aprimoramento das atividades-fim por elas desenvolvidas.

As principais atribuições do CAOCRIM consistem em estimular a integração e o intercâmbio entre as Promotorias Criminais, remeter informações técnico-jurídicas sem caráter vinculatório aos órgãos a ela ligados, estabelecer intercâmbio permanente com instituições públicas e privadas, ou entidades afins, para prestarem atendimento e orientação, acompanhar as políticas criminais nacional e estadual, prestar auxílio às promotorias criminais no exercício das atribuições relacionadas à área criminal, bem como outras atribuições que visem o aperfeiçoamento da atividade ministerial.

Atualmente, as ações desenvolvidas pelo CAOCRIM têm sido voltadas a acompanhar todos os assuntos referentes à segurança pública piauiense, notadamente as políticas públicas para enfrentamento da violência urbana, prestando apoio aos Promotores de Justiça, quando precisam de auxílio para desenvolverem suas funções criminais.

Atividades realizadas e resultados alcançados em 2013

- Importante instrumento de participação popular no auxílio ao trabalho do Ministério Público na proteção dos direitos da sociedade, as audiências públicas estiveram presentes nas ações do CAOCRIM no ano de 2013. As discussões sobre temas em alta são sempre enriquecedoras e estreitam os laços entre os membros do MP e a população. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às temáticas: violência no trânsito; movimento estadual contra a PEC 37; passeatas de estudantes e operários-Reformas nas políticas de saúde, segurança, educação etc; direitos humanos dos presos; aumento da violência entre comerciantes e moto taxistas; tortura policial e violência contra a mulher.



Coordenadora do CAOCRIM fala sobre a atuação do Ministério Público do Piauí na área criminal



Minicurso sobre segurança pública durante a Caravana do Ministério Público em Picos. Outubro de 2013.

- O CAOCRIM, por meio de sua coordenadora, participou do Encontro de Gestores da ENASP, em Brasília, nos meses de março, junho e outubro de 2013 e na II SEMANA DO MP – Capacitação na persecução penal de homicídios.
- Ministrou palestras/ minicursos na Caravana do Ministério Público do Piauí, em diversos municípios, além de ter atuado no Curso de Formação dos novos membros do MP.
- O CAOCRIM teve participação assídua em reuniões com outros órgãos e parceiros que atuam no combate ao crime. Com representantes da Secretaria de Justiça e Delegados da Polícia Civil, tratou da situação dos presos alojados em delegacias. Já a problemática dos presos provisórios no Piauí foi discutida com a Defensoria Pública do Estado e Juízes de Direito. Ademais, ressalta-se ainda as reuniões sobre o movimento “Polícia Legal” e as definições de mutirões criminais juntamente com o Tribunal de Justiça.
- Em 2013 o CAOCRIM foi responsável pelo acompanhamento de 10 inquéritos.
- Foram realizadas fiscalizações mensais às Delegacias de Polícia.
- Articulação do MP-PI com as diversas esferas do poder, organizações governamentais, do terceiro setor e do setor privado que participam direta ou indiretamente da elaboração de estudos ou desenvolvimento de atividades pertinentes à área criminal.
- Auxílio às pesquisas sobre assuntos e consultas formuladas por Promotores de Justiça e promoveu-se ações voltadas ao aprimoramento técnico e operacional das atividades dos órgãos de execução que atuam na área criminal.

Campanhas/Projetos

Tema	Período de realização
Ministério Público: pela paz no trânsito e em defesa da vida.	23 a 27/09/2013
Conte até 10	07 a 09/10/2013

Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público

Coordenadora: Janaína Rose Ribeiro Aguiar

O Centro de Apoio de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público – CACOP, órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí, vinculado diretamente ao Procurador-Geral de Justiça, é destinado a prestar suporte técnico acerca de quaisquer questões que venham a ser suscitadas pelos órgãos da estrutura do Parquet piauiense no desempenho de suas atividades funcionais, na área da defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público, enquanto bem primário da sociedade (art. 1º, I, do Ato PGJ n. 454/2013).

Em sua área de atuação, incumbe ao CACOP, nos termos do art. 55 da LCE n. 12/1993, estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns; remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculatório, aos órgãos ligados à sua atividade; estabelecer intercâmbio permanente com órgãos públicos ou privados, entidades que atuem em áreas afins, para prestarem atendimento e orientação, bem como para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções; acompanhar as políticas nacional e estadual afetas às suas áreas; prestar auxílio aos órgãos do Ministério Público na instrução do inquérito civil ou na preparação e proposição de medidas processuais; zelar pelo cumprimento das obrigações do Ministério Público, decorrentes de convênios firmados; receber representações e expedientes dessa natureza, encaminhando para os respectivos órgãos de execução; apresentar ao Procurador Geral de Justiça proposta e sugestões para: elaboração de política institucional e dos programas específicos; realização de convênios; alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas; edição de atos e instruções, sem caráter normativo, tendentes a melhoria do serviço do Ministério Público.

Atividades realizadas e resultados alcançados em 2013

- Atuação na Caravana do Ministério Público em diversos municípios do Piauí, como Bom Jesus, Corrente, São Raimundo Nonato, Parnaíba, Barras, Uruçuí, Floriano e Água Branca, proferindo palestra sobre “Atuação do Ministério Público no Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público” e o minicurso “O que você tem a ver com a corrupção?”.
- Participação no Ato contra a PEC37, em Brasília.
- Participação da Coordenadora como palestrante com o tema “Limpeza urbana e resíduos sólidos, disciplina legal e atuação ministerial.”, em evento promovido pelo TCE-PI. No Seminário para Gestores Municipais, promovido pela APPM, proferiu palestra sobre o tema “Ministério Público e a Transparência nas Informações”.



Participação da coordenadora do CACOP em evento promovido pelo Tribunal de Contas do Estado, em que proferiu palestra sobre a atuação do Ministério Público. Junho de 2013.

- A Coordenadora do CACOP foi escolhida Presidente da Rede de Controle da Gestão Pública no Piauí, a qual é formada por vários órgãos e instituições, que promovem ações articuladas de fiscalização da gestão pública, diagnóstico e combate à corrupção, incentivo e fortalecimento do controle social.
- Participação no Curso de Formação de Promotores de Justiça, proferindo palestra sobre o “Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público”.
- Considerando os dados referentes às ações judiciais que foram extraídos do relatório da Corregedoria, constatou-se o ajuizamento de 38 ações ao longo de 2013. Ademais, os dados relativos aos inquéritos civis e PIPs instaurados foram colhidos pelas informações prestadas pelas Promotorias de Justiça e pela pesquisa diária feita pelo CACOP junto ao Diário da Justiça e ao Diário dos Municípios, o que revelou o número de 292 inquéritos instaurados.
- No tocante à capacitação, o CACOP participou do Encontro Regional do MPPI/MEC e do curso sobre a LRF, promovido pela Escola de Gestão e Controle do TCE/PI.
- Foram realizados diversos atendimentos aos Membros da instituição, tais como: análise de Inquéritos Civis, Procedimentos Investigatórios e peças de informação; encaminhamento de portarias de IC para publicação; realização (entrega) de notificações; elaboração de minutas de Portarias, TAC, IC, ACP; análise de casos concretos com emissão de parecer; pesquisa de jurisprudência, doutrina e legislação.
- O atendimento prestado ao público, resume-se basicamente no recebimento de representações de cidadãos de todo o Estado, que buscam o CACOP para apresentar suas denúncias. Pelo fato de o Centro não ter atribuição de órgão de execução, a equipe do CACOP apenas encaminha as representações às Promotorias de Justiça. Foram 60 atendimentos, tendo sido adotadas providências pelo CACOP em 100% dos casos.
- Foi desenvolvido o projeto “Controlador Interno”, que buscou dar efetividade à Emenda à Constituição do Estado do Piauí nº 38/2013, que determina que o cargo de Controlador Interno será exercido por servidor do quadro efetivo de cada Poder, garantindo, assim, maior autonomia ao Controlador para o exercício de seu mister. Foi encaminhado aos órgãos de execução o teor da referida emenda, com sugestão de atuação no sentido de assegurar o cumprimento da norma pelos Poderes Públicos.
- O Projeto “Portais da Transparência” foi desenvolvido em 2013 e objetivou dar cumprimento aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação, que estabelecem a obrigatoriedade a todo ente público de manter sítio oficial na rede mundial de computadores com informações delineadas por ambos os diplomas legais. Ultrapassados os prazos fixados em lei e verificado que nem todos os Municípios estavam cumprindo a legislação, foi pensada estratégia de atuação conjunta, sugerindo-se às Promotorias de Justiça cronograma de execução das atividades, a ser implementado obedecendo as peculiaridades de cada Promotoria e respeitada a independência funcional. Elaborou-se minutas de Portaria de instauração de Inquérito Civil, Ofícios, Recomendação e TAC, as quais foram encaminhadas aos órgãos de execução por e-mail. Informaram a instauração do procedimento pertinente e a adoção de providências 7 Promotorias de Justiça, atingindo 17 Municípios,

tendo sido firmado TAC em relação a um deles (Brasileira).

- O CACOP também desenvolveu o projeto de “Municipalização do Trânsito”, que tem duração continuada, tendo-se iniciado com o lançamento da “Campanha Ministério Público pela Paz no Trânsito e em Defesa da Vida”. No decorrer do ano de 2013, foi prestado auxílio aos órgãos de execução que solicitaram, elaborando-se minutas de IC e ACP.
- Em 2012, 200 municípios do Piauí decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública pela ocorrência de estiagem, solicitando o reconhecimento pelo Governo Federal, com a finalidade de receber recursos da União para as atividades de defesa civil. Diante de tal número, o CACOP emitiu nota técnica sugerindo aos membros a análise fática dos motivos que ensejaram a edição dos decretos, buscando a responsabilização judicial nos casos em que a decretação da situação de emergência ou do estado de calamidade pública se deu em desacordo com as normas legais.
- No tocante ao trabalho dos membros da instituição, notou-se no presente ano um aumento significativo, da ordem de 70%, do número de procedimentos administrativos instaurados para investigar atos de improbidade administrativa, em relação ao ano anterior, demonstrando o empenho na proteção do patrimônio público
- O MPPI abraçou a campanha nacional “O que você tem a ver com a corrupção?”, que tem por meta conscientizar a sociedade, em especial crianças e jovens, de que o combate à corrupção é responsabilidade de todos, devendo ser efetivado a partir da assunção de nossa responsabilidade individual, coletiva e para com as futuras gerações. Em 2013 foi elaborado projeto para execução da campanha até 2014, com previsão de divulgação por meio de peças gráficas, de VT a ser veiculado por emissoras de TV e de spots para rádio, além da inserção do tema no projeto pedagógico das escolas situadas no Estado do Piauí. Nove termos de adesão à campanha foram firmados e foi promovida panfletagem em pontos estratégicos da cidade.

O que você tem a ver com a corrupção?

O BRASIL É UM DOS PAÍSES CAMPEÕES EM CORRUPÇÃO. É responsabilidade de todos os brasileiros mudar esta situação. E é você - e cada um de nós - que tem que fazer a coisa certa.



Corrupção:

Antes de se dar bem,

lembre-se do outro lado.

Ser honesto é a única maneira de dizer não à corrupção.

www.oquevoctemavercomacorrupcao.com

- No que se refere ao interior do Estado, foram encaminhados aos Promotores de Justiça: arte das peças publicitárias da campanha; modelos de ofícios propondo parceria a entidades públicas e privadas para execução da campanha; arquivo digital do projeto de divulgação da campanha a ser apresentado aos possíveis parceiros; arquivo com minicurso sobre combate à corrupção para formação de multiplicadores; CD com gravação dos spots para rádio; exemplares do cartaz de divulgação da campanha para afixação na Promotoria de Justiça. Foram, ainda, ministrados 10 palestras, atingindo cerca de 2.000 pessoas, segundo dados coletados pelo CEAF, e 11 cursos de formação de multiplicadores (3 h/a) por ocasião da Caravana do Ministério Público, tendo sido capacitadas 215 pessoas.

- No tocante ao projeto de Transporte Coletivo Semiurbano, foram efetivadas, sob a coordenação do CACOP, reuniões com as Promotorias de Justiça com atuação nos municípios integrantes da Região da Grande Teresina, na qual foram identificadas as demandas comuns e como poderiam os órgãos de execução atuar de maneira uniforme e integrada. A partir das discussões, o Centro de Apoio elaborou minutas de portaria de instauração de IC e ofícios, para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça, bem como disponibilizou a legislação pertinente ao tema.
- No ano de 2013 foram solicitados 278 atendimentos pelos Promotores, dos quais foram realizados 229, o que representa 82,37% do total. Há que se ressaltar, ainda, a realização de 73 atendimentos referentes a solicitações efetuadas em anos anteriores os quais, somados aos 229 de 2013, representam um total de 302 atendimentos realizados, resultando assim num percentual de 108,63% de produtividade em 2013.
- Ademais, notou-se um aumento significativo, da ordem de 70%, do número de procedimentos administrativos instaurados para investigar atos de improbidade administrativa, em relação ao ano anterior, demonstrando o empenho na proteção do patrimônio público.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente

Coordenadora: Denise Costa Aguiar

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAODMA) foi criado em 12 de agosto de 1997, através do ATO PGJ nº 061/1997, objetivando auxiliar a atividade funcional do Ministério Público na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado visando preservá-lo para as presentes e futuras gerações, bem como promover o desenvolvimento sustentável.

Atividades realizadas e resultados alcançados

- Através de ofícios endereçados às Secretarias Municipais e Estaduais, bem como ao IBAMA, DNPM e outros órgãos, o CAODMA denunciou atividades sem licenciamento ambiental, bem como exigiu uma atuação eficiente dos órgãos fiscalizadores.
- Em 2013 o CAODMA realizou 264 (duzentos e sessenta e quatro) atendimentos a Promotores de Justiça por via telefônica, por e-mail e pessoalmente, sem a necessidade de instauração de Procedimentos de Acompanhamento e Verificação (PAV's).
- Ademais, foram encaminhados aos Promotores de Justiça do interior 151 (cento e cinquenta e um) Autos de Infração do IBAMA e 29 (vinte e nove) Autos de Infração da SEMAR, todos devidamente acompanhado de ofício explicativo acerca da persecução criminal na seara ambiental e parecer judicial.
- Foram também mantidos os Termos de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Química- CRQ e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA com o intuito de

auxiliar as investigações ministeriais.

- O CAO, representado por sua Coordenadora, também participou de eventos e ministrou palestras, como uma forma de conscientizar o público e promover a defesa do meio ambiente, a exemplo do Congresso Brasileiro de Meio Ambiente e Congresso de Resíduos Sólidos do TCE-PI.
- No âmbito de Teresina, o CAODMA auxiliou à 24ª Promotoria de Justiça e as Promotorias com atuação nos Juizados Especiais Criminais, desenvolveu extensa atuação no combate à poluição sonora através da mobilização das Polícias Civil e Militar. Foram realizadas diversas reuniões e expedida recomendação a cada uma das corporações policiais, a qual traçou modo de atuação e cobrou uma fiscalização mais enérgica por esses órgãos. A partir da recomendação ministerial, o Batalhão de Policiamento Comunitário – Ronda Cidadão, que outrora não atendia ocorrências relacionadas a poluição sonora, passou a atuar na repressão a esses ilícitos ambientais e penais. Ademais, o CAODMA estimulou as Promotorias dos Juizados Especiais Criminais para que, através de transações penais, obtivessem aparelhos decibelímetros e os doassem às Polícias Civil e Militar, o que, de fato, vem acontecendo.



Combate à poluição sonora: o CAODMA, representado pela Promotora de Justiça Denise Costa Aguiar, doou decibelímetros à Polícia Militar do Piauí. Dezembro de 2013.



CAODMA conduz reunião para garantir segurança no Festival de Inverno de Pedro II e a conservação da Cachoeira do Salto Liso. Maio de 2013.

- O CAODMA, no ano de 2013, instaurou 45 (quarenta e cinco) Procedimentos de Acompanhamento e Verificação (PAV's), com a finalidade de prestar auxílio aos Promotores de Justiça do interior e da capital, tendo sido priorizados temas de grande relevância e de impacto de âmbito estadual, tendo havido a mobilização das Promotorias de Justiça do interior e da capital, além dos órgãos ambientais de fiscalização entre outros, para os seguintes: cobrança dos municípios da implementação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), o qual é condição para o acesso a recursos federais na seara de resíduos sólidos; licenciamento Ambiental de Postos de Combustíveis e correção de falhas estruturais em barragens.

Campanhas/Projetos

Tema	Período de realização
Poluição Sonora (Obtida como Compensação Ambiental em TAC relativo ao evento Pirifolia 2013, em Piripiri - PI)	22/07/2013 a 07/08/2013
Logística reversa de pneus (Obtida como Compensação Ambiental em TAC relativo ao evento Cidade Junina 2013, em Teresina - PI)	01/09/2013 a 30/09/2013
Resíduos Sólidos (Obtida como Compensação Ambiental em TAC relativo ao evento Mega Fest, em Teresina - PI)	15/08/2013
“O Ministério Público pela paz no trânsito e em defesa da vida” (Obtida como Compensação Ambiental em TAC relativo ao evento Vaquejada do Parque de Vaquejada Cícero Barbosa, em Piripiri - PI)	04/10/2013 a 18/10/2013

Poluição Sonora (Obtida como Compensação Ambiental em TAC relativo ao evento Carnaval de Luís Correia)

09/02/2013 a 12/02/2013

Violência no Trânsito (Obtida como Compensação Ambiental em TAC relativo ao evento Festival de Inverno de Pedro II)

15/05/2013 a 02/06/2013

Fiscalizações

Fiscalizações	Período
Poluição Sonora no Centro Comercial de Teresina - PI	28/02/2013
Lagoas do Norte, em Teresina - PI	25/02/2013
Rodoanel de Teresina - PI	17/05/2013
Palco do Parque Poticabana, em Teresina - PI	15/06/2013

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude

Coordenadores no exercício 2013: Leida Maria Diniz/Glécio Paulino Setúbal da Cunha e Silva

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude – CAODIJ, constitui órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí, previsto no artigo 33 da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – LONMP, Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e no artigo 55 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, Lei Complementar n. 12, de 18 de dezembro de 1993. Foi instituído no âmbito do Ministério Público pelo Ato PGJ n. 027/1992, em consonância com a amplitude e relevância das funções constitucionais atribuída ao Ministério Público na defesa e promoção dos direitos da Criança e do Adolescente, bem como pelo recente Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n. 8.069/90.

Como órgão auxiliar, atua na área da infância e da juventude, buscando o permanente intercâmbio com entidades governamentais e não governamentais para um melhor desempenho e articulação de suas atividades. É na sociedade que o Ministério Público, em diálogo constante, forma parcerias para o enfrentamento da situação degradante em que se encontram crianças e adolescentes piauienses, em face da eficácia e da relevância do trabalho desenvolvido por ONGs, Igrejas e Associações e Conselhos e entidades paritárias. O CAODIJ participa ativamente, tendo assento em entidades governamentais e não governamentais.

Atividades realizadas e resultados alcançados

- Articulação com entidades e movimentos, através de reuniões periódicas para a elaboração de estratégias para o enfrentamento das situações de violações dos direitos das crianças e dos adolescentes.

- Em parceria com o Comitê Piauiense de Enfrentamento à Violência Sexual, o CAODIJ desenvolveu em 2013 campanha Contra a Violência Sexual Infantojuvenil, pautada na promulgação da Lei Estadual nº 6.343, de 12 de março de 2013, que institui o Código de Conduta Ética do Turismo para o Enfrentamento à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.



Equipe do CAODIJ fiscalizou eleições para o Conselho Tutelar de Campo Maior, e repetiu a atividade em vários outros municípios. Junho de 2013.

- Foram realizadas diversas audiências públicas, sendo possível destacar as que versaram sobre a entrada e permanência de crianças e/ou adolescentes em motéis em Teresina, sobre o trabalho infantil em Teresina e a instalação do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.
- Em 2013 o CAODIJ desenvolveu também o Projeto “Leis da Infância”. Trata-se de duas publicações na área da infância e da juventude, para subsidiar o trabalhos dos operadores do direitos na área da infância e da juventude: o Estatuto da Criança e do Adolescente e Leis da Infância, coletâneas das seguintes leis: Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei n. 12.594/2012 – Lei do SINASE; Lei n. 12.696/2012 – Conselhos Tutelares; Lei 12.3180/2010 – Lei da Alienação Parental; 9.394/1996 – Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação. O lançamento de tais publicações ficou previsto para o primeiro semestre de 2014.
- Os coordenadores que atuaram no CAODIJ participaram como ministrantes do “Encontro ECA e a Redução da Idade Penal” e na Caravana do Ministério Público do Estado do Piauí.
- O Centro de Apoio participou de reuniões relevantes com órgãos e parceiros do MPPI, como o CNJ, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA, GNDH – COPEIJE, Tribunal de Justiça, dentre outros, visando sempre a proteção aos direitos da criança e adolescente.

- Foram elaboradas recomendações a respeito da Eleição do Conselho Tutelar, suspensão da eleição do CT de Caridade do Piauí e composição do Conselho de Direito.



Assim que tomou posse como coordenador do CAODIJ, o Promotor de Justiça Glécio Setúbal deu continuidade ao trabalho de acompanhamento dos Conselhos Tutelares, visitando todas as unidades em Teresina.

- Ao longo do ano aconteceram 09 fiscalizações sobre a Resolução 67 do Conselho Nacional do Ministério Público (medidas socioeducativas) e 12 fiscalizações sobre a Resolução 71 do CNMP.
- Foram assinados 05 Termos de Ajuste de Conduta.
- Ressalta-se que no decorrer de 2013 muitos foram os resultados alcançados, particularmente no efetivo de encaminhamentos das demandas dos órgãos de execução, que passaram a procurar mais o Centro de Apoio para auxílio no desenvolvimento de suas atividades, sendo estes os verdadeiros executores das ações em defesa da criança e do adolescente. Neste sentido houve efetivo empenho das Promotorias na execução de variadas ações, como o acompanhamento das eleições dos Conselhos Tutelares e adequação de suas legislações, o ajuizamento de ações para garantir recursos para a área infantojuvenil, os procedimentos de averiguação de situações de risco, bem a percepção da necessidade de um trabalho em conjunto e intersetorial. O Centro de Apoio apoio realizou 87 atendimentos aos promotores de justiça. Entretanto, temos a consciência de que os dados são para mais, em face da impossibilidade de um acompanhamento real dos dados.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania

Coordenadora: Lia Raquel Prado e Silva Burgos

O Centro de Apoio Operacional da Educação e Cidadania foi criado em novembro de 2013 por meio do ATO PGJ nº 454/2013.

Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON

Coordenador: Cleandro Alves de Moura

O Programa de Proteção e Defesa do Consumidor é órgão ministerial a quem a Constituição do Estado do Piauí reservou relevantíssima missão institucional, conferindo-lhe a atribuição de tutelar as relações consumeristas (art. 148, da CE/PI). Cabe, pois, ao PROCON/MP-PI atuar judicial e extrajudicialmente, através de medidas de caráter preventivo ou repressivo, nas relações jurídicas em que houver lesão ou mesmo ameaça de lesão a alguma forma de interesse dos consumidores em todo o Estado do Piauí.



A equipe do PROCON prestou atendimento à população em praça pública de Teresina, como atividade comemorativa do Dia Mundial do Consumidor. Março de 2013.

No âmbito infraconstitucional, a atuação do PROCON/MP-PI é pautada pela Lei Complementar nº 36, de 09 de janeiro de 2004, a qual lhe incumbe, além das sobreditas atribuições, a coordenação da política do Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, através de uma Coordenação Geral, com competência, atribuições administrativa e judicial em toda a área do Estado do Piauí. Emerge, também, com destacada força a realização de audiências com representantes dos Poderes dos municípios piauienses, a fim de fomentar a criação de Procons no âmbito municipal, tal qual a reunião realizada em novembro de 2013, junto à Prefeitura municipal de Teresina.

Em termos de atendimentos, foram realizadas 8.266 (oito mil duzentos e sessenta e seis) reclamações e/ou procedimentos de natureza análoga, todos registrados no SINDEC (Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor), sendo que, além disso, é prestado diariamente suporte aos interessados através de telefone, sanando dúvidas, proporcionando esclarecimentos e orientando a população piauiense sobre seus direitos em matéria de consumo. É válido ainda ressaltar que rotineiramente são instaurados processos administrativos, tendo como desiderato a defesa de direitos coletivos na área consumerista, razão pela qual o público positivamente abrangido pela tutela processual do PROCON/MP-PI, seja ela judicial ou extrajudicial, é deveras maior do que as simples estatísticas podem apontar, mormente quando se tem em vista a própria natureza transindividual de tais direitos.

Importa ainda ressaltar que, se não houver composição amigável pelas vias de reclamação preliminares do PROCON/MP-PI, poderão ser realizadas audiências de fins conciliatórios. Acaso se verifique em qualquer das fases da reclamação alguma forma de infração ao direito do consumidor, poderá ser instaurado processo administrativo para a aplicação de penalidade administrativa à respectiva empresa.

Soma-se a isso a atuação da Divisão de Fiscais, que possui planejamento rotineiro de atuação, estando, ademais, sempre disponível para o recebimento de denúncias sobre ações prejudiciais ao direito do consumidor, autuando as empresas, acaso haja persistência na conduta ilícita, e elaborando ainda o respectivo relatório, a fim de fundamentar a instauração de processo administrativo, bem como para orientar a adoção das providências que se fizerem necessárias.

No ano de 2013, foram judicializadas por este órgão diversas questões, todas elas de indiscutível natureza coletiva, para as quais não se obteve composição amigável na via administrativa. Ainda como consequência da constatação de alguma infração à legislação consumerista, tem-se a aplicação de penalidade administrativa que, via de regra, é feita através de multa. Nesse sentido, no ano de 2013 foram arrecadados através de multas no valor de aproximadamente 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

ATENDIMENTOS

TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Abertura Direta de Reclamação	1.853
Atendimento Preliminar	1.046
Extra Procon	18
Simple Consulta	101
Carta de Informação Preliminar - CIP	5.205
Emissão de Certidão Negativa de Violação ao CDC	36
Outros	07
TOTAL GERAL	8.266

FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

EMPRESA/ESTABELECIMENTO	QUANTIDADE
FISCALIZADO	CAPITAL
Academias de ginástica	33
Bancos	53
Postos de combustíveis	26
Supermercados	27
Lojas comerciais	142
Escolas particulares	66
Venda clandestina de gás GLP	27
Shows e espetáculos	7
Empresas aéreas	2
Estacionamentos	7
Indústrias de móveis e bebedouros	12
Salões de beleza	20
Autoescolas	30
Beneficiadora/empacotadora	8
Oficinas (mecânica e assistência)	2
Festival de Inverno de Pedro II	50
Outros	1
Total	513



Fiscais do PROCON interdita depósito clandestino de GLP no município de Itaueira.
Setembro de 2013.

ATUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

OBJETO	QUANTIDADE
Processos Administrativos Instaurados	584
Processos Administrativos Arquivados	91

Proc. Administrativos Encaminhados à Junta Recursal	395
Proc. Administrativos Enviados à Dívida Ativa	146
Proc. Administrativos Enviados ao Técnico Contábil	00
Ações Cíveis Públicas	11
Termos de Ajustamento de Conduta	01
Ofícios Expedidos	420
Memorandos Expedidos	30

AUDIÊNCIAS

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Total de Audiências Realizadas	3.268
Total de Acordos Realizados	1.710

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso

Coordenadora: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida

Além das atribuições genéricas previstas no Ato PGJ nº 10/2010, compete ao Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso: divulgar as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público na área de suas atribuições; dar publicidade, junto aos órgãos de execução, de procedimentos e decisões da Administração Superior do Ministério Público acerca de matérias relacionadas às áreas de atuação do centro de apoio; colaborar junto às entidades públicas ou privadas em campanhas educacionais relativas à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e do idoso; sugerir a edição de atos e instruções tendentes à melhoria e otimização dos serviços prestados pelo Ministério Público na defesa dos direitos da pessoa com deficiência e do idoso; efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas ou privadas; manter arquivo atualizado de matérias de interesse na defesa dos direitos da pessoa com deficiência e do idoso, preferencialmente com o auxílio da Biblioteca do Ministério Público.

Compete ainda desenvolver medidas e mecanismos que propiciem o fluxo de informações destinadas a instrumentalizar o Ministério Público na consecução dos planos e diretrizes institucionais dentro da área de atuação do Centro de Apoio; examinar quaisquer documentos, expedientes, fichas e procedimentos relativos à pessoa com deficiência e ao idoso, preservando, quando for o caso, o sigilo de seu conteúdo; visitar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos que prestem serviço à pessoa com deficiência e ao idoso, procedendo aos encaminhamentos necessários diante de eventuais irregularidades; promover, em conjunto com os órgãos de execução, a criação ou o aperfeiçoamento dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dos Conselhos de Defesa dos Direitos do Idoso a nível estadual ou municipal.

O CAODPCDI, como órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí especializado na defesa dos interesses das pessoas com deficiência e dos idosos, vem desempenhando importante papel junto à sociedade, Conselhos de Direitos e demais entidades ligadas àqueles seguimentos. Cumpre des-

tacar, contudo, que a principal atividade deste Centro diz respeito ao apoio técnico-jurídico prestado aos Promotores de Justiça das Comarcas do interior do Estado, que consiste no encaminhamento de modelos de peças, atualização legislativa, entrega de material e na prestação de quaisquer orientações e/ou esclarecimentos solicitados.

Atividades desenvolvidas e resultados alcançados em 2013

- O CAODPCDI teve participação relevante em eventos em 2013. Cabe destacar as seguintes atuações da coordenadora do Centro: membro da 1ª Reunião Ordinária do GNDH- Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais; ouvinte do Encontro Nacional de Promotores, Defensores e Delegados que atuam no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa da SDH; coordenadora da Campanha “MP: pela paz no trânsito e em defesa da vida” no Seminário “Funcionamento do Sistema de Transporte Municipal de Teresina”; ouvinte no Workshop “Todos por um Brasil mais acessível”, organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília e como coordenadora da mesa “Educação Inclusiva”, no evento do MEC sobre Educação Inclusiva.
- Na Caravana do Ministério Público do Estado do Piauí, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso foi responsável por ministrar palestras, oficinas e minicursos nas cidades de Corrente, Bom Jesus, São Raimundo Nonato, Floriano, Uruçuí, Campo Maior, Água Branca, Valença, Parnaíba, barras e Teresina, com a temática “Controle Social – Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa”. Ademais, o Centro contribuiu para fomentar a criação dos Conselhos de Direitos de ambos os segmentos e dando suporte técnico-jurídico aos colegas promotores de justiça do interior.
- O CAODPCDI participou de diversas audiências públicas no ano de 2013. Em março, para discutir o “Plano Viver sem Limites”, do Governo Federal. Em Parnaíba foi debatido o tema de Educação Inclusiva, em novembro. Na Assembleia Legislativa do Piauí, foram realizadas duas audiências públicas para tratar da Violência no Trânsito e também uma em alusão do Dia do Idoso.
- Cabe destacar a participação do CAODPCDI em evento alusivo aos 05 anos da Fundação do CEIR- Centro Integrado de Reabilitação, com Associações de PCD’S, pais e pessoas com Deficiência, além de diversas Autoridades Públicas; na reunião no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência – palestra acerca do Controle Social e Princípio da Paridade; reunião com a FUNDESPI para tratar da reforma do estádio Albertão a fim de garantir acessibilidade; sessão solene na Assembleia Legislativa do Piauí em alusão ao Dia Estadual da Pessoa com Deficiência – homenagem prestada à coordenadora do CAODPCDI; reunião no CONADE- Teresina a cerca da regulamentação do passe livre cultural para pessoas com deficiência; reunião acerca da criação de uma nova ILPI- Instituição de Longa Permanência para Idosos, com SEMTCAS, CRAS, CREAS, representantes das ILPI’s, Conselho Estadual e Municipal da Pessoa Idosa, dentre outros parceiros; reunião na Assembleia Legislativa para criar comissão para tratar da Municipalização do Trânsito e reunião com STRANS acerca do projeto Vida No Trânsito.
- O Centro de Apoio Operacional se fez presente ainda em reuniões como a dos Conselhos Muni-

pal e Estadual da Pessoa Idosa para discutir os problemas mais urgentes daquele segmento; com a deputada Rejane Dias para tratar do projeto do Estatuto Estadual da Pessoa com Deficiência; evento alusivo à reinauguração do setor de Equoterapia da Polícia Militar do Piauí; evento do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. reunião ainda com membros do CONEDE-PI, associações de/e para PCD's, parlamentares e demais autoridades, para discussão do Estatuto Da Pessoa Com Deficiência Piauí; com autoridades ligadas à fiscalização do trânsito na capital e no Estado do Piauí acerca do gerenciamento do trânsito. Frisa-se que encontros com diversos órgãos e parceiros também foram realizados para tratar de temáticas como a implantação de uma residência inclusiva para pessoas com deficiência em Teresina e discussão do fluxograma do Disque 100 no que tange às denúncias de violência contra a pessoa idosa.

- Em junho de 2013 ocorreu a Caminhada pela Acessibilidade, importante iniciativa que contou com a participação de pessoas ligadas ao segmento, além de entes da sociedade em geral.
- Os Conselhos Estadual e Municipal de Direitos da Pessoa Idosa prestaram homenagem à Coordenadora do CAODPCDI e a outras pessoas pela luta continuada por ações políticas e práticas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas. O evento ocorreu em dezembro de 2013, com participação de representantes da OAB, Conselhos da Pessoa Idosa, representantes das ILPT'S, homenageados, familiares e pessoas ligadas ao segmento.



A coordenadora do CAODPCDI foi homenageada pelos Conselhos Estadual e Municipal de Direitos da Pessoa Idosa. O vídeo produzido pelo MP/PI em alusão aos 10 anos do Estatuto do Idoso foi exibido durante o 3º Encontro Ibero-Americano sobre os Direitos Humanos das Pessoas Idosas. O trabalho foi reconhecido como uma boa prática a ser replicada nacionalmente.

- Importante ressaltar que o CAODPCDI atendeu a todas as solicitações de orientação e apoio oriundas das Promotorias de Justiça do interior do Estado, especialmente no suporte às de 1º grau.



Audiência sobre a situação do Transporte Eficiente. Setembro de 2013.

Campanhas

Tema	Período de realização
COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA e ALUSÃO AOS 10 ANOS DE VIGÊNCIA DO ESTATUTO DO IDOSO	LANÇADA EM 03/10/2013 SEM PREVISÃO DE DATA PARA SEU ENCERRAMENTO
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	LANÇADA EM NOV/2010, AINDA EM ANDAMENTO
COORDENAÇÃO DA CAMPANHA “O MINISTÉRIO PÚBLICO PELA PAZ NO TRÂNSITO E EM DEFESA DA VIDA”	LANÇADA EM SETEMBRO/2011, AINDA EM ANDAMENTO
“ACESSIBILIDADE: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA, UM COMPROMISSO DE TODOS”	LANÇADA EM 2011, DE CUNHO PERMANENTE
COMBATE À EXPLORAÇÃO FINANCEIRA DO IDOSO ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADO	INICIADA EM 2011, AINDA EM ANDAMENTO

Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar

Coordenador: Francisco de Jesus Lima

São atribuições das Promotorias de Justiça que compõem o Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, dentre outras: conhecer dos inquéritos policiais, termos circunstanciados e notícias de fato criminais afetos a sua área de atuação, promovendo as medidas administrativas e as ações judiciais cabíveis, bem como oficiar nos respectivos feitos; oficiar nos feitos oriundos de cartas precatórias, cartas rogatórias e cartas de ordem relativos a sua área de atuação; realizar o acompanhamento dos inquéritos policiais em andamento nas delegacias especializadas de proteção dos direitos da mulher localizadas na Capital; exercer o controle externo difuso da atividade policial nos feitos de sua atribuição; atuar nos feitos cíveis decorrentes de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei n. 11.340/2006; conceber e implementar um sistema de atuação eficaz para coleta de dados (cadastro), relacionados à violência doméstica e familiar, conforme previsto no art. 26, III, da Lei nº 11.340/06; fomentar, juntamente com os Centros de Apoio Operacional nas áreas afins e as Promotorias de Justiça de todo o Estado do Piauí, ação conjunta para a elaboração da metodologia do cadastro referido no inciso anterior.

São atribuições do NUPEVID também: preparar relatórios trimestrais para a Administração Superior e agentes envolvidos mostrando o impacto das ações do Ministério Público; promover, em conjunto com os Centros de Apoio Operacional nas áreas afins: capacitação dos Promotores de Justiça e servidores quanto às especificidades da atuação ministerial nessa área, promovendo atuação articulada com outras instituições e entidades que atuem na defesa das vítimas de violência doméstica e familiar; oficinas de trabalho sobre a Lei n. 11.340/2006 nas regiões do Estado do Piauí que apresentem números expressivos de violência doméstica e familiar; encontros, cursos, palestras e seminários interdisciplinares, com participação de todas as instituições responsáveis, polícias, Municípios, Estado e Judiciário, para a sensibilização e construção de uma cultura de proteção à família e às pessoas em situações de risco de violência doméstica e familiar; realização de campanhas educativas sobre o tema afeto a suas atribuições; levantamento das redes de proteção das vítimas de violência doméstica e familiar em todo o Estado.

Atividades realizadas e resultados alcançados em 2013

- Projeto “Laboratório Maria da Penha” foi desenvolvido visando capacitar e sensibilizar estudantes das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social para disseminarem os estudos e reflexões sobre a Lei Maria da Penha, as questões de gênero e políticas públicas, os avanços e desafios da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e os direitos da mulher. O projeto Piloto ocorreu de 26/09 a 30/11 de 2013, obtendo avaliação positiva dos participantes.
- O NUPEVID atuou em 380 ações , 712 medidas protetivas e 2153 inquéritos ao longo de 2013.
- O Núcleo realizou fiscalização na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher- Centro e na Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher- Norte, nos meses de março e abril, respectivamente.
- Cabe destacar a atuação do NUPEVID em audiência pública na Câmara de Vereadores de Teresina e rodas de conversas no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher sobre o Dia Internacional de Combate à Violência contra Mulher, assim como audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores de Teresina acerca do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher.

Participação em Congressos, Encontros, Simpósios, etc.

Evento	Período	Ouvinte	Ministrante
I ENCONTRO DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.	22/11/2013	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO MÉDIO PARNAÍBA	DRA. MARIA DO AMPARO-PROMOTORA DE JUSTIÇA
I CONGRESSO SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E AFRODESCENDÊNCIA: CONQUISTAS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS.	06 A 08/11/2013	ACADÊMICOS DA UFPI	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA E CYNARA VERAS-PSICOLOGA
I EVENTO EM PRAÇA PÚBLICA DO NUPEVID EM ALUSÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER: O PIAUÍ RESPONDE A MULHER	08/03/2013	SOCIEDADE CIVIL	SERVIDORES DO NUPEVID
I ENCONTRO “EDUCAÇÃO E GÊNERO”	02 E 03/09/2013	ACADÊMICOS DA UFPI	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
EVENTO DA FACULDADE FAESPI: PALESTRA SOBRE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL EM ESPAÇOS LOCAIS, COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS.	04/12/2013	ACADÊMICOS DA FACULDADE FAEPI	SR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
RODA DE CONVERSA EM ALUSÃO AOS 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	25/11/2013	REDE DE ATENCIMENTO À MULHER	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
PALESTRA SOBRE O PROJETO PROFISSIONALIZAR MULHER	23/10/2013	MULHERES E TÉCNICOS PARTICIPANTES DO PROJETO	DRA. MARIA DO AMPARO DE SOUSA-PROMOTORA DE JUSTIÇA

IV ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, BOAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS.	27 A 29/11/2013	MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO.	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA E CYNARA VERAS-PSICÓLOGA
PALESTRA NA ABERTURA DO PROGRAMA MULHERES MIL EXECUTADO PELO IFPI	06/11/2013	MULHERES PARTICIPANTES DO PROJETO	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA E CYNARA VERAS-PSICÓLOGA
PROJETOS RAABE E T-AMAR - participou de homenagens prestadas pela Câmara Municipal	18/11/2013	SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
Evento de assinatura do Termo de Parceria entre a Corregedoria de Justiça do Estado e o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva - INTP	3 de setembro de 2013	SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
EDUCAÇÃO: IGUALDADE DE GÊNERO - visita à Vereadora Rosário Bezerra e apresentação dos resultados da execução da primeira etapa do Projeto “Lei Maria da Penha nas Escolas”	1 de outubro de 2013	CÂMARA DE VEREADORES, SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
HUMANIZAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: equipe do LABORATÓRIO MARIA DA PENHA destina espaço para acolhimento à mulher em situação de violência	20 de novembro de 2013	CMPM e Juizado da Mulher vítima de violência doméstica e familiar	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
Início o projeto LABORATÓRIO MARIA DA PENHA	27 de setembro de 2013	Acadêmicos de direito	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA, DRA. MARIA DO AMPARO E CYNARA VERAS

LEI MARIA DA PENHA NAS ESCOLAS: UMA QUESTÃO DE BASE - execução do projeto Lei Maria da Penha nas escolas, desconstruindo a violência, construindo o diálogo	01 de agosto de 2013	DOCENTES E ESTUDANTES DE ESCOLAS MUCIPAIS E ESTADUAIS DE TERESINA	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA, DRA. MARIA DO AMPARO E CYNARA VERAS
MINISTÉRIO PÚBLICO E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ -A Lei Maria da Penha nas ESCOLAS: desconstruindo a violência, construindo diálogos.	23 de maio de 2013	SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
V ENPENEX promovido pela faculdade FAEPI	04 de dezembro de 2013	Acadêmicos da FAEPI	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
IV Fórum Regional sobre violência doméstica e familiar contra a mulher - PIRIPIRI	05, 06 e 07 de dezembro de 2013	SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
II Encontro Regional Sobre VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, promovido pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado, na Cidade de Altos (PI),	20 de setembro de 2013	SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
I FÓRUM REGIONAL SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER	24 de agosto de 2013	SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
I FÓRUM PIAUIENSE SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - EM TERESINA	6 de junho de 2013	SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA
Palestra “A Lei Maria da Penha”.	1 de agosto de 2013	SOCIEDADE CIVIL	DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA-PROMOTOR DE JUSTIÇA



Evento de entrega dos certificados do projeto “Laboratório Maria da Penha” contou com a participação da Procuradora-Geral de Justiça e de vários representantes de entidades de defesa da mulher. Janeiro de 2013.



Promotores de Justiça do NUPEVID conduzem execução do projeto “Lei Maria da Penhas nas Escolas”. Agosto de 2013.



5. OUVIDORIA

OUVIDORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES

O que é

A Ouvidoria foi criada através da Lei Complementar nº 48 de 13 de julho de 2005, para ser um canal aberto de comunicação com a sociedade, atuando como a porta de entrada do cidadão ao Ministério Público. Tem como objetivo fortalecer a cidadania e elevar, continuamente, os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Atividades desenvolvidas

Incumbe à Ouvidoria MP/PI receber denúncias, reclamações, críticas, pedidos de informação, sugestões e elogios relacionados à prestação de serviços e às atividades administrativas dos órgãos ligados ao Ministério Público do Estado do Piauí, encaminhando-os aos órgãos responsáveis e informando aos interessados as soluções adotadas.

A Ouvidoria não dispõe de poderes correccionais, não interfere nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Como canais para contato, a Ouvidoria possui: o link no sítio do Ministério Público (www.mppi.mp.br), contendo, além de informações gerais formulário de manifestação online e link para acompanhamento das manifestações pelo cidadão; o e-mail ouvidoria@mppi.mp.br; o telefone de número 127 (chamadas gratuitas para o cidadão), e os telefones (86) 3216-4563 e (86) 3216-4589.

REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO OFICIAL EM EVENTOS

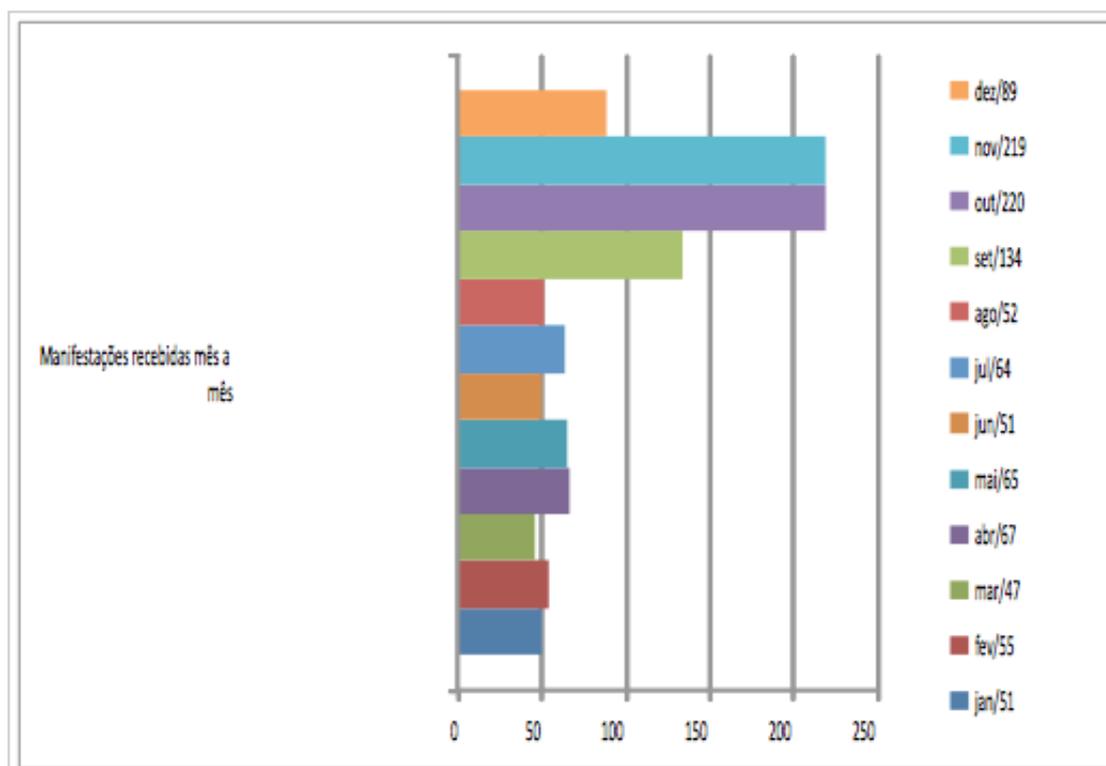
- 6º Evento Ministério Público – Ação Nacional, em São Luís – MA, nos dias 25 e 26 de abril de 2013, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- 17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), realizado em Cuiabá – MT, nos dias 06 e 07 de maio de 2013;
- Participação nos encontros da Justiça Itinerante, do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI);
- Participação em sucessivas reuniões com ouvidores de várias esferas do poder estadual e federal, que objetivaram fomentar a criação de uma rede de dados interligando todas as ouvidorias participantes, atuando no sentido de dividir informações e métodos de trabalho.
- 1º Encontro Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, realizado no dia 02 de julho de 2013 em Brasília-DF;
- 18ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), realizada em Boa Vista – RR, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013;
- Seminário de Construção de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, entre os dias 12 a 14 de setembro de 2013, no município de Picos-PI;
- Lançamento da “Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí” e de sua respectiva cartilha, realizado no

dia 18 de outubro de 2013, em Teresina - PI;

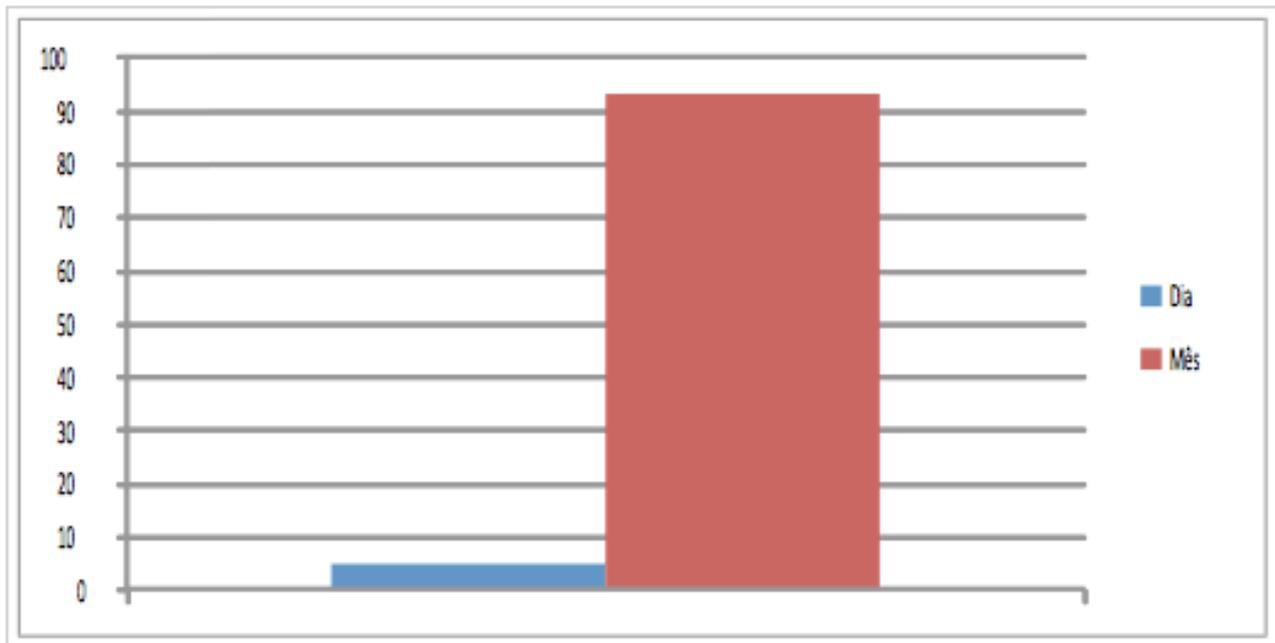
- XX Congresso Nacional do Ministério Público, com o tema: “25 ANOS DO NOVO MINISTÉRIO PÚBLICO: A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE”, realizado em Natal- RN, no período de 30 de outubro a 02 de novembro de 2013.
- 19ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, realizada no dia 30 de outubro de 2013, em Natal-RN.
- Participação na “Caravana do Ministério Público”, evento realizado em 13 municípios do Estado do Piauí, entre o período de setembro a novembro de 2013, subdivididos da seguinte forma:
 1. 23 a 27 de setembro: Corrente, Bom Jesus e São Raimundo Nonato-PI;
 2. 07 a 09 de outubro: Uruçuí e Floriano - PI;
 3. 21 a 25 de outubro: São João do Piauí e Picos – PI;
 4. 04 a 08 de novembro: Água Branca, Campo Maior e Valença - PI;
 5. 19 a 25 de novembro: Parnaíba, Barras e Teresina – PI.

DADOS ESTATÍSTICOS

De 07 de janeiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí recebeu 1.114 (mil cento e quatorze) manifestações, o que representa uma média de 05 (cinco) manifestações por dia. Muitas dessas manifestações foram realizadas diretamente pelo requerente, via internet, através do e-mail da Ouvidoria ou do formulário de manifestação disponível no site do MP/PI. Outras foram recebidas por telefone, através do tri-dígito 127 ou dos ramais e, em alguns casos, através de atendimento pessoal realizado no Órgão. Ocorreram, também, atendimentos que, por sua natureza, não puderam ser contabilizados, pois não foram registrados no sistema (em especial, os contatos realizados por telefone). O gráfico a seguir demonstra a quantidade de manifestações recebidas mês a mês.



No segundo gráfico, apresentamos a quantidade de protocolos mensais, que representou aproximadamente 93 (noventa e três) manifestações, totalizando a média de 05 (cinco) atendimentos diários.



Cabe ressaltar que o meio mais utilizado pelos manifestantes continua sendo a internet, seja diretamente através do e-mail da Ouvidoria ou pelo formulário eletrônico de manifestação, situado no sítio do Ministério Público do Estado do Piauí. Nota-se, observando os dados abaixo, um crescente número de manifestações durante os meses de setembro, outubro e novembro, fato este resultante da participação ativa da Ouvidoria na Caravana do Ministério Público, evento realizado em 13 (treze) municípios do Estado do Piauí, durante este período. De tal feita, temos a seguinte tabela:

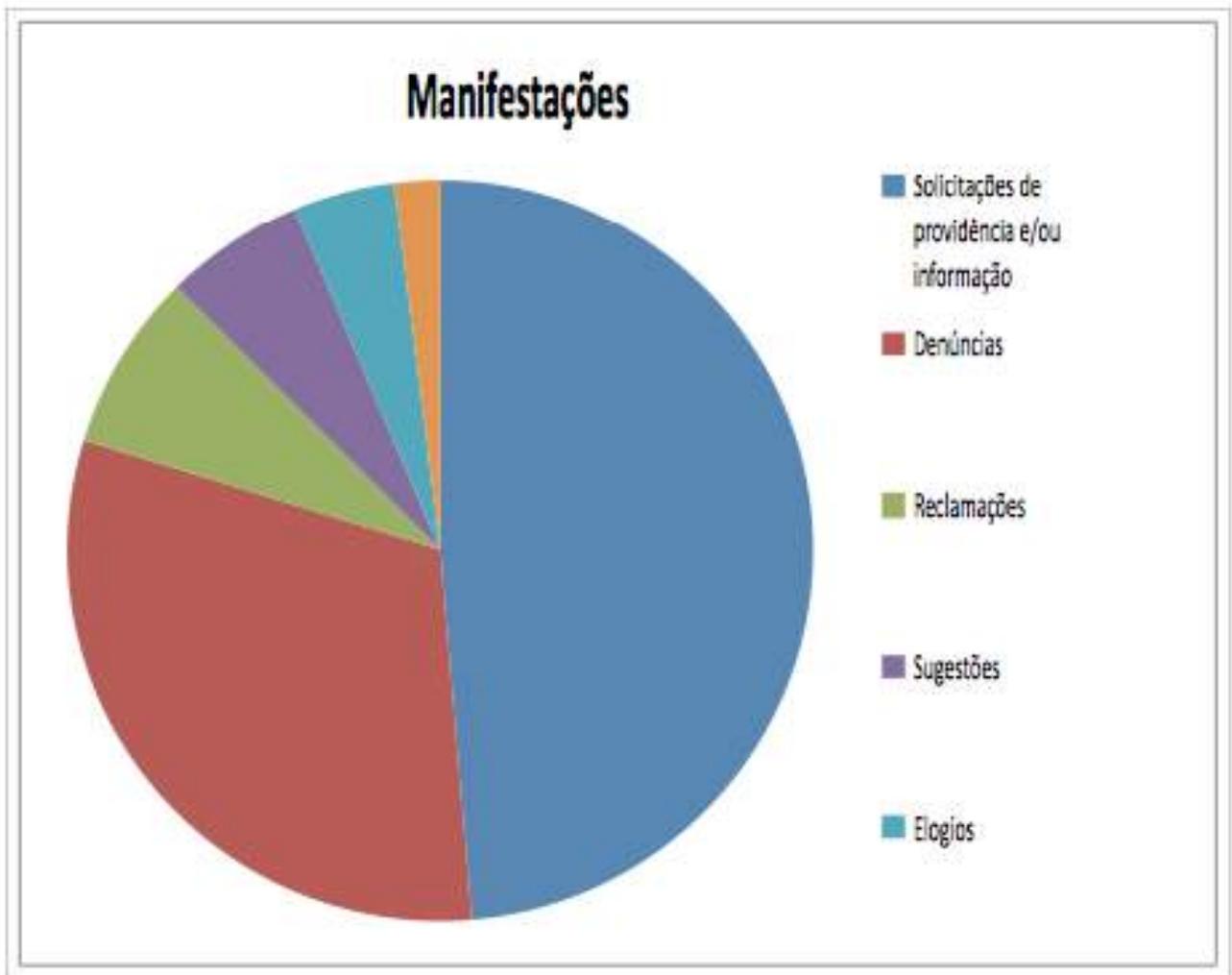
MÊS	E-mail	Telefone	Atendimento Pessoal
Janeiro	22	22	07
Fevereiro	23	29	03
Março	22	21	04
Abril	40	25	03
Maio	34	27	04
Junho	34	14	03
Julho	32	25	06
Agosto	25	29	04
Setembro	25	46	63
Outubro	82	31	103
Novembro	52	61	100
Dezembro	48	34	07
TOTAL	542	364	208

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS X QUANTIDADE

Dentre as demandas destacam-se os pedidos de informação/providência. Logo em seguida, vêm

as denúncias que, em sua maioria, versavam sobre diversos tipos de irregularidades, envolvendo a análise e providências dos órgãos de execução do MP. Em determinados casos, entretanto, por não tratarem de manifestações relativas à matéria de competência do Ministério Público do Piauí, as mesmas foram encaminhadas aos órgãos externos competentes para análise do pleito, com as devidas orientações ao manifestante.

Cabe salientar que, a partir de 1º de outubro de 2013, conforme deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) houve a padronização das classificações das manifestações recebidas e sua conceituação, para que houvesse entendimento comum no momento da classificação. A opção quanto ao tipo de manifestação/assunto, quando realizado diretamente pelo formulário eletrônico disponível no sítio do MP-PI, foi escolha do próprio requerente.



NOVOS PROCEDIMENTOS

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) - Em maio de 2013, atendendo às determinações da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011), foi criado o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, que ficou sob a responsabilidade desta Ouvidoria do MP/PI. O SIC do Ministério Público do Estado do Piauí pretende atender e orientar quanto ao acesso a informações, conceder o acesso imediato aos dados disponíveis e informar sobre a tramitação de documentos, oferecendo aos cidadãos acesso às informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, nos termos do art. 5º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil. Cabe ressaltar que o SIC do MP-PI

está em funcionamento no mesmo espaço físico da Ouvidoria, e pode ser contatado pessoalmente ou através dos telefones 127, ramais 3216-4563 e 3216-4589, além do e-mail sic@mppi.mp.br e de formulário eletrônico na página do SIC, no sítio do MP-PI.

Urnas Coletoras de Manifestações - Considerando a necessidade de estabelecer um canal permanente de comunicação do cidadão com os diversos órgãos Ministeriais, por meio da Ouvidoria, imprimindo maior visibilidade à mesma, solicitou-se a fabricação de 60 (sessenta) urnas coletoras de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios, que estão sendo instaladas em lugares estratégicos de grande afluência de pessoas em todo o Estado do Piauí.

Tri-dígito 127 - Em outra frente, ainda levando-se em consideração ser a Ouvidoria um canal permanente de comunicação direta ao cidadão, foi diligenciada, junto à empresa Oi Telefonia, a troca do número 08000-864550 para o tri-dígito 127, garantindo, assim, uma comunicação gratuita mais ágil e acessível.

Formulário eletrônico – Para assegurar uma maior praticidade e eficiência aos cidadãos na realização de manifestações pela internet, foi providenciada, junto à Coordenadoria de Tecnologia da Informação do MP/PI, a implantação de formulários eletrônicos online nas páginas da Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), no sítio do Ministério Público do Piauí. Dessa forma, o manifestante poderá preencher os campos com os dados necessários e expor sua manifestação com maior segurança e agilidade.

Disponibilização de veículo próprio e motorista para a Ouvidoria do MP-PI – Ainda buscando a praticidade, eficiência e agilidade nos serviços prestados à sociedade, a Ouvidoria do Ministério Público do Piauí agora tem à disposição, desde agosto do corrente ano, veículo automotivo e motorista exclusivos, que possibilitam maior agilidade e presteza na realização dos trabalhos externos.

Sistema eletrônico de gerenciamento e acompanhamento de manifestações – Implementou-se o sistema eletrônico de controle e acompanhamento das manifestações realizadas no âmbito da Ouvidoria, no qual são gerenciados todos os dados relativos às solicitações do manifestante. A manifestação, ao ser cadastrada neste sistema, recebe um número próprio de processo, que é disponibilizado ao manifestante e pode ser utilizado no acompanhamento, via internet, das movimentações feitas em sua demanda.

Rede de Cooperação Técnica entre Ouvidorias - A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí, juntamente com Ouvidoria do Governo do Estado, Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho e Ordem dos Advogados, todos do Estado do Piauí, se reuniram e assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para formar a Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí, que tem como principal objetivo difundir estas Ouvidorias como um efetivo instrumento de democracia e melhoria da gestão pública, além de suprimir lacunas existentes em razão das limitações de competência de cada órgão. Neste sentido, foi lançada a cartilha educativa da Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí, que contém informações importantes e precisas sobre todas as ouvidorias integrantes desta rede.

Materiais de divulgação – Requisitou-se a confecção de folders informativos sobre a Ouvidoria do MP-PI, que tratam, de forma acessível e objetiva, sobre os objetivos, a atuação e as formas de contato com a Ouvidoria do MP-PI. Tais folders estão sendo distribuídos durante os eventos em que a Ouvidoria faz-se presente.



6. CONTROLADORIA INTERNA

CONTROLADOR: SÉRGIO RICARDO RODRIGUES SILVA

O foco das ações da Controladoria Interna é a análise dos atos e fatos administrativos, buscando detectar eventuais falhas ou inconformidades, alertando os responsáveis para eventuais correções ou ajustes necessários. Sempre que possível, os apontamentos são acompanhados das sugestões ou recomendações sobre o procedimento adequado e a legislação vigente sobre o assunto, de forma que a entidade possa alcançar seus objetivos com segurança e eficiência.

Diante das análises e orientações que a Controladoria Interna realiza, a sua importância para a gestão do Ministério Público do Estado do Piauí está no seu potencial informativo para suporte ao processo decisório.

Durante o exercício de 2013 foram produzidos relatórios e pareceres contendo informações operacional, financeira/não-financeira e de conformidade, que tornam possíveis a condução e o controle dos negócios.

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Memorandos Expedidos	218
Processos Administrativos Analisados (Com Emissão de Parecer)	2251
Solicitações de Informações	106

PROGRAMA: MINISTÉRIO PÚBLICO CONTROLADO

Prazo: fevereiro a novembro

Foi implantado?	NÃO FOI IMPLANTADO NA TOTALIDADE
Caso contrário, por quais motivos?	NÃO HÁ PESSOAL SUFICIENTE NA CONTROLADORIA INTERNA PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS PARA 2013. A CAPACIDADE LABORAL DOS SERVIDORES LOTADOS NA CONTROLADORIA INTERNA ESTÁ ESGOTADA.

Acompanhamentos das metas

METAS	A meta foi/ está sendo atingida?	Se sim, como ocorreu/está ocorrendo sua implementação?	Caso não se encontre dentro do prazo, qual a dificuldade encontrada para a sua implantação ?	Quando a meta proposta poderá ser atingida?	Demonstrar os indicadores
Auditar 100% dos processos que tramitam na Controladoria Interna (Continuamente).	SIM	SATISFATÓRIA	-	ATINGIDA	100% AUDITADO
- Atualização das planilhas IAPEP até 15º dia do mês subsequente.	SIM	DEFICIENTE	PESSOAL	JANEIRO 2014	100%
- Auditar 100% dos processos que estão sendo pagos no exercício de 2013.	SIM	SATISFATÓRIA	-	ATINGIDA	100% AUDITADO
- Fazer a Conformidade de todos as operações realizadas pelo SIAFEM ate o 10º dia do mês subsequente ao período de referência.	NAO	FALHO	PESSOAL	INDEFINIDO	JANEIRO COMPLETO - DEMAIS MESES POR AMOSTRAGEM

- Elaborar o Manual até outubro e dar publicidade até novembro de 2013.	NÃO	FALHO	PESSOAL	INDEFINIDO	NÃO REALIZADO
- Finalizar a auditoria no almoxarifado, iniciada em 2012, até JUNHO de 2013.	SIM	DEFICIENTE	PESSOAL	JANEIRO DE 2014	AUDITADA AMOSTRA - 6,25%
- Auditar 100 % do equipamento adquirido nos exercício 2012 e 2013 até dezembro de 2013	NÃO	FALHO	PESSOAL	INDEFINIDO	NÃO REALIZADO
- Realizar a auditoria da Folha até o fim do mês subsequente ao período de referência.	SIM	DEFICIENTE	PESSOAL	JANEIRO 2014	100% AUDITADO

Se você quer construir um barco, não comece procurando madeira, cortando as tábuas ou distribuindo o trabalho.

Primeiro, transmita aos homens e mulheres que o acompanharão o desejo ardente de chegar ao mar livre e infinito.

Antoine de Saint-Exupéry

Zélia Saraiva Lima
Antônio de Pádua Ferreira Linhares
Antônio Gonçalves Vieira
Teresinha de Jesus Marques
Alípio de Santana Ribeiro
Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues
Antônio Ivan e Silva
Martha Celina de Oliveira Nunes
Rosângela de Fátima Loureiro Mendes
Jeromildo Rodrigues Alves
Catarina Gadelha Malta Moura Rufino
Lenir Gomes dos Santos Galvão
Francisco das Chagas da Costa Neves
Hosafias Matos de Oliveira
Fernando Melo Ferro Gomes
José Ribamar da Costa Assunção
Teresinha de Jesus Moura Borges Campos
Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando
Aristides Silva Pinheiro
Luís Francisco Ribeiro

PROMOTORES DE JUSTIÇA

Clotildes Costa Carvalho
Antônio de Moura Júnior
Lúcia Rocha Cavalcanti Macêdo
João Mendes Benigno Filho
Rita de Fátima Teixeira Moreira e Souza
Ana Cristina Matos Serejo
Albertino Rodrigues Ferreira
Vera Lúcia da Silva Santos
Francisco Raulino Neto
José Marques Lages Neto
Fernando Soares de Oliveira Júnior
Antônia Barbosa de Sousa Melo
Ana Lúcia Soares de Sousa Almeida
Gladys Gomes Martins de Sousa
Luiz Gonzaga Rebelo Filho
Hugo de Sousa Cardoso
Ubiraci de Sousa Rocha
Leida Maria de Oliveira Diniz
Myrian Lago
Débora Maria Freitas Said
Nivaldo Ribeiro
Francisca Vieira e Freitas Lourenço
Manoel de Barros Monteiro
Maria Ester Ferraz de Carvalho
Maria das Graças do Monte Teixeira
Fernando Ferreira dos Santos
José Hamilton Bezerra Lima
Edilsom Pereira de Farias
José Eliardo de Sousa Cabral
Antenor Filgueiras Lobo Neto
Antônio Tavares dos Santos
Carlos Rubem Campos Reis
José Reinaldo Leão Coêlho
Maria Odete Soares
Écio Oto Ramos Duarte
Cleandro Alves de Moura
Eny Marcos Vieira Pontes

Luísa Cynobellina Assunção Lacerda Andrade
Ruszel Lima Verde Cavalcante
Luzijones Felipe de Carvalho Façanha
Cynara Barbosa de Oliveira Santos
Cezário de Sousa Cavalcante Neto
Assuero Stevenson Pereira Oliveira
Edilvo Augusto de Oliveira Santana
Francisco de Jesus Lima
Édsel de Oliveira Costa Belleza do Nascimento
Carlos Washington Machado
Elói Pereira de Sousa Júnior
Flávio Teixeira de Abreu Júnior
Sávio Eduardo Nunes de Carvalho
Carmelina Maria Mendes de Moura
Cristiano Farias Peixoto
Rodrigo Roppi de Oliveira
Marcelo de Jesus Monteiro Araújo
Cláudia Portela Lopes
José Eduardo Carvalho Araújo
Joselisse Nunes de Carvalho Costa
Cláudio Bastos Lopes
Antônio Barbosa Maciel
Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra
Antônio Rodrigues de Moura
Marlete Maria da Rocha Cipriano
Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes
Maria do Amparo de Sousa
Marlúcia Gomes Evaristo Almeida
Raquel do Socorro Macêdo Galvão Castelo Branco
Maria Socorro Nascimento Carlos da Cunha Silveira
João Batista de Castro Filho
Luciano Lopes Nogueira Ramos
Ana Cecília Rosário Ribeiro
Cláudio Roberto Pereira Soeiro
José de Arimatea Dourado Leão
Silvano Gustavo Nunes Carvalho
Flávia Gomes Cordeiro de Castro
Maurício Gomes de Souza
Marcondes Pereira de Oliveira
João Pereira da Silva
Verônica Rodrigues Sales
Itanieli Rotondo Sá
Vando da Silva Marques
João Paulo Santiago Sales
Leonardo Fonseca Rodrigues
Rômulo Paulo Cordão

Everângela Araújo Barros
João Malato Neto
Régis de Moraes Marinho
Plínio Fabrício de Carvalho Fontes
Ana Isabel de Alencar Mota Dias
Gianny Vieira de Carvalho
Liana Maria Melo Lages
Afonso Aroldo Feitosa Araújo
Antônio Charles Ribeiro de Almeida
Sérgio Reis Coêlho
Janaína Rose Ribeiro Aguiar
Denise Costa Aguiar
Francineide de Sousa Silva
Márcia Aída de Lima Silva
Valesca Caland Noronha
Francisca Sílvia da Silva Reis
Francisco Túlio Ciarlini Mendes
Juliana Martins Carneiro Nolêto
Mário Alexandre Costa Normando
Ricardo Lúcio Freire Trigueiro
Nielsen Silva Mendes Lima
Galeno Aristóteles Coelho de Sá
José Sérvio de Deus Barros
Débora Geane Aguiar Aragão Gomes
Avelar Marinho Fortes do Rêgo
Maria Eugênia Gonçalves Bastos
Ednólia Evangelista de Almeida
Deborah Abbade Brasil de Carvalho
Karla Daniela Furtado Maia Carvalho
Áurea Emilia Bezerra Madruga
Glécio Paulino Setúbal da Cunha E Silva
Lia Raquel Prado d Silva Burgos
Gilvânia Alves Viana
Paulo Rubens Parente Rebouças
Micheline Ramalho Serejo Silva
Silas Sereno Lopes
Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior
Luana Azeredo Alves
Rita de Cássia de Carvalho Rocha Gomes de Souza
Renata Márcia Rodrigues Silva
Ricardo de Almeida Prado Filho
Danilo Carlos Ramos Henriques
Luiz Antônio França Gomes
Ana Sobreira Botelho
Raimundo Nonato Ribeiro Martins Junior
Helga Barreto Tavares

Rangel Bento Araruna
Fábio Vinicius Ottoni Ferreira
Fernanda Vieira Medeiros
Márcio Fernando Magalhães Franca
Rafael Maia Nogueira
Carlos Rogério Beserra da Silva
Maurício Verdejo Gonçalves Júnior
Antônio César Gonçalves Barbosa
Adriano Fontenele Santos
Paulo Maurício Araújo Gusmão
Gabriela Almeida de Santana
Romana Leite Vieira
Tallita Luzia Bezerra Araujo
Márcio Giorgi Carcará Rocha
Karine Araruna Xavier
José William Pereira Luz
Francisco de Assis Rodrigues de Santiago Júnior

